



Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Psicologia - IP

Departamento de Psicologia Clínica - PCL

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura - PPG-PsiCC

**Trabalho e empregabilidade de travestis, transexuais e não-binárias: desafios e
perspectivas de ação**

Stephanie Moreira Gutierrez

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Sílvia Renata Magalhães Lordello Borba Santos

Brasília, 2020

Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Psicologia - IP

Departamento de Psicologia Clínica - PCL

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura - PPG-PsiCC

Trabalho e empregabilidade de travestis, transexuais e não-binárias: desafios e
perspectivas de ação

Stephanie Moreira Gutierrez

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Sílvia Renata Magalhães Lordello Borba Santos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Departamento de Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Psicologia Clínica e Cultura.

Brasília, 2020

Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Departamento de Psicologia Clínica Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Clínica e Cultura (PPG-PsiCC/UnB)

**Trabalho e empregabilidade de travestis, transexuais e não-binárias:
desafios e perspectivas de ação**

Stephanie Moreira Gutierrez

Banca examinadora

Brasília, 14 de Dezembro de 2020.

Profa. Dra. Silvia Renata Magalhães Lordello (Presidente)

PsiCC/PCL/IP/UnB

Profa. Dra. Carla Antloga (Membro Titular)

PsiCC/PCL/IP/UnB

Dra. Jaqueline Gomes de Jesus (Membro Externo)

Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)

Profa. Dra. Isabela Machado da Silva (Suplente)

PsiCC/PCL/IP/UnB

Era uma vez um pai que tinha dois filhos.
E o menor veio a descobrir que era sua filha e não soube o que fazer.

No final, ela foi até o pai dizendo:

Me perdoe, mas não posso mais ser o seu filho.

Mas o pai não a perdoou,

convocou todos na casa e disse

e disse:

Esta criatura trouxe a desgraça para todos nós.

E a expulsou.

Mas o pobre homem estava fazendo o que achava correto
e apesar de tudo continuava amando sua criança.
Então lhe entregou escondido um pouco de dinheiro.

E a filha que um dia tinha sido um filho partiu
para um país distante
e então, não muito inclinada a ser prudente,
gastou todo o dinheiro que o pai tinha lhe dado
em belos vestidos
e sapatos
e logo se encontrou na rua sem um puto no bolso.

E todos os seus amigos,
que a amavam enquanto vestia Prada e Versace,

agora a chamavam de cafona
e não queriam saber dela.

E lá estava ela em um país distante,
sem ninguém para ajudá-la,
e havia tanta pobreza ali,
e teve que trabalhar com qualquer coisa.

Então foi trabalhar na cozinha de um hotel lavando panelas e
pratos
e era trabalho sujo
e as horas eram longas
e a paga era ruim
e muitas vezes passou fome.

E na cozinha eles jogavam fora tanta comida.
Comida que na casa do seu pai serviria para alimentar os porcos.

Mas eles tinham que jogar fora,
pois não era permitido tocá-la,
e ela disse para si:

Na casa do meu pai

tratam os animais melhor do que os trabalhadores

são tratados aqui.

Vou voltar para o meu pai

e dizer:

“Sinto muito,

*não posso mesmo ser seu filho
e se você não pode me aceitar como sua filha
ao menos me dê trabalho como faxineira.”*

Então ela voltou para a casa do pai,
pedindo carona e escondida em vagões
e o pai a viu chegando lá de longe
e gritou de alegria
e correu ao seu encontro.

E ela caiu aos seus pés

e disse:

Pai...

Mas o pai não a deixou terminar.

Ele a ajudou a se levantar

e a abraçou

e disse às serviçais:

Preparem um banho perfumado

e tragam um belo vestido

e abram a champanha

e vamos ter uma festa!

Pois aquela que partiu, retornou.

Aquela que morreu, voltou à vida.

E aquela que estava perdida, foi achada!

E quando a festa estava em seu auge,
o filho mais velho chegou do trabalho.

E perguntou:

Que porra é essa?

pois a sua casa costumava ser um lugar sombrio.

E quando soube ficou furioso,

e disse ao seu pai:

Eu tenho sido um bom filho!

E fiz tudo

que se supunha que deveria fazer

e você não me deu um terno sequer!

E este pervertido vem e ganha tudo!

E o pai disse:

É verdade, você sempre fez o seu melhor

e tentou ser um bom filho para mim

mas o fato é que você é um chato.

E você nunca me amou!

E você se perdeu...

... enquanto esta minha filha estava morta

e agora vive

Estava perdida

e foi encontrada.

Eu a encontrei

e ela se encontrou.

Portanto é claro que devemos celebrar.

E assim o fizeram.

Pois assim é o Reino dos Céus.

O Reino dos Céus é como uma semente de mostarda

pequena pequena pequena

e você pode escondê-la se quiser,

mas se você assim fizer ela crescerá dentro de você

grande grande grande

até que não vai sobrar espaço para mais nada.

Pois eu digo que aquilo que foi escondido virá à luz.

Pois dentro de todas nós há luz,

e talvez tenham desde cedo nos ensinado a ter vergonha disso.

E quando você tem a luz, você a esconde num armário?

Não! Você a deixa sair onde todos possam vê-la

e é feliz por ela existir e brilhar no mundo.

O Evangelho Segundo Jesus, Rainha do Céu

Texto de Jo Clifford,

tradução de Natalia Mallo

Agradecimentos

Agradeço a Deus.

Ao meu falecido avô, Roberto Moreira, que muito me inspira até hoje, me guiou nos caminhos da fé e na valorização do estudo. Assim agradeço também à minha mãe, Mônica Lisboa, que é sem dúvida parte essencial de toda a minha trajetória e de cada conquista. A toda minha família.

Agradeço especialmente a todos aqueles que compartilharam comigo de momentos da minha caminhada pessoal e acadêmica, que sabemos indissociáveis.

Ao Matheus da Silva Neves, meu amigo e companheiro, que tive o prazer de conhecer no início da graduação, em 2012. Bom pensar como éramos pessoas diferentes do que somos hoje e nossos caminhos nos permitem estar ainda fazendo parte da vida do outro. Agradeço por ter acreditado em mim e incentivado minhas escolhas, além do discernimento incomparável e maestria em trocas transformadoras. Ainda a parceria profissional, que tanto nos proporciona crescimento.

À Sílvia Renata Lordello, que me acompanha nessa jornada. Agradeço sua sensibilidade e presença. Acredito que o mestrado promove mudanças pessoais em cada pessoa, e ter a oportunidade de passar por esse processo com uma orientadora tão incrível, permite que as potencialidades sejam ainda maiores. Agradeço a paciência, o cuidado, a segurança, a autonomia e a confiança.

Agradeço à Carla Antloga, Jaqueline de Jesus e Isabela Machado, que prontamente aceitaram o convite para fazer parte da banca, esse momento tão importante em nossas vidas, as quais tive o prazer e honra de ser aluna durante a graduação e pós-graduação. À Jaqueline Gomes, minha admiração ao trabalho realizado até hoje em prol dos direitos da população LGBT, além de em outras áreas, como raça, que também fazem parte de seu escopo de trabalho.

À UnB e todas e todos que dela fazem parte e contribuem para que seja uma universidade pública de qualidade. A infinitude de fronteiras que a experiência na UnB pode proporcionar é incrível e transformadora na vida de todo estudante; essa possibilidade de aprender sempre, poder ver com outros olhares e a partir disso agir de novas formas é um grande diferencial e posso dizer que a UnB, com certeza, é o local que mais permitiu meu desenvolvimento como pessoa.

Aos colegas que fizeram parte da minha trajetória na graduação e na pós-graduação e, especialmente às alunas, alunos e alunas da matéria que ministrei durante o mestrado. A experiência de dar aula é sublime. Participar deste momento de aprendizado, se ver como agente de transformação e contar com a colaboração e confiança dos alunos foi incrível, uma troca onde o aprendizado é nítido de ambos os lados.

Agradeço ainda às pessoas especiais que participam de diferentes formas na minha vida. A toda a equipe do GEPIIP (Grupo de Estudo e Pesquisa Interdisciplinar em Intervenções Psicossociais) e aos alunos que me acompanharam na turma de pesquisa no semestre seguinte, Eliz e Iago. A toda a equipe da Diversifica, especialmente à Anna Tulie, que acreditou e incentivou a nossa atuação, possibilitando que espaços e ações se desenvolvam em prol do que acreditamos.

À Unila, como uma Universidade transformadora, que me recebeu de braços abertos e que, a qual acredito que tem cumprido com seus objetivos de promover a integração, o intercâmbio cultural e acadêmico e o fortalecimento entre países da América Latina, especialmente do Mercosul.

Ao Henrique Roberto Figueiredo e Alejandro Larrocha, amigos que conheci no período em que morei em Foz do Iguaçu e não tenho palavras para dizer o quanto têm espaço hoje no meu coração. Agradeço imensamente pelo companheirismo, pelas trocas e todas as partilhas

que tivemos de casa, estudos, conversas, viagens, aprendizados, crescimento... Só posso dizer o quanto vocês são incríveis e impactantes na minha vida.

À Xayenne Prado Keller, amiga querida e maravilhosa, que também tive a honra de conhecer enquanto morava no Paraná. Parceira e artista incrível, nossas conversas, *rolês* e parcerias foram essenciais na minha vida, agradeço por ter me permitido partilharmos nossas histórias e caminhos. Também agradeço ao Sérgio Henrique Levandoski, o qual tenho muito carinho e tive o prazer de conhecer nesse estado.

Agradeço, ainda, aos grupos de maracatu que, desde 2018, são parte essencial da minha vida. Especialmente aos grupos Kaburé Maracatu e Baque Mulher (Brasília e Recife), e também a todas as nações e grupos que respeitam e mantêm viva a história, a tradição, a ancestralidade, os ensinamentos e a riqueza do maracatu e do povo de terreiro.

Sumário

Lista de Tabelas, Figuras e Anexos	15
Lista de Siglas.....	16
Introdução da Dissertação	18
Referências.....	23
Artigo 1 - Promoção da saúde com transexuais e travestis: uma revisão sistemática de literatura	24
Resumo	24
Abstract.....	25
Resumen.....	26
Introdução	27
Método	32
Resultados e Discussão	35
Considerações finais	42
Referências.....	43
Artigo 2 - Empregabilidade de travestis, transexuais e não-binárias: uma revisão sistemática de literatura	48
Resumo	48
Abstract.....	49
Resumen.....	50
Introdução	51
Método	56

Resultados e Discussão	59
Considerações finais	64
Referências.....	64
Artigo 3 – Empregabilidade e diversidade: uma análise das experiências profissionais de travestis, transexuais e não-binárias	69
Resumo	69
Abstract.....	70
Resumen.....	71
Introdução	72
Método	76
Participantes.....	76
Instrumentos e Procedimentos	77
Análise	78
Cuidados éticos	79
Resultados e Discussão	79
Violências	83
Estratégias	86
Conquistas.....	87
Implementação de Políticas Públicas.....	89
Considerações finais	91
Referências.....	92
Considerações Finais da Dissertação	96

Referências..... 100

Lista de Tabelas, Figuras e Anexos

Tabela 1 - Procedimento de busca dos artigos.....	33
Tabela 2 - Motivo exclusão dos artigos.....	34
Tabela 3 - Tabulação dos dados (síntese).....	35
Figura 1 - Modelo de Determinação Social da Saúde, de Dahlgren & Whitehead (1991), conforme Mendes. (2011).....	51
Figura 2 - Resultado da triagem 1.....	58
Tabela 4 - Descrição identitária autodeclarada das participantes.....	76
Figura 3 - Mapa mental construído pelas autoras a partir da análise temática de Braun e Clarke.....	82
Anexo I - Instrumento de Coleta de Dados.....	101

Lista de Siglas

AGU: Advocacia Geral da União

Antra: Associação Nacional de Travestis e Transexuais

Biblat: Bibliografía Latinoamericana

BVS: Biblioteca Virtual em Saúde

CEP/CHS: Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais

CID-11: Classificação Internacional de Doenças, 11ª edição

CLASE: Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades

CLT: Consolidação das Leis do Trabalho

CNS: Conselho Nacional de Saúde

DSM-V: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

DSS: Determinantes Sociais em Saúde

EBSCO: Information Services Tecnologia e Informação Customizadas para sua Biblioteca

IBGE: Índice Brasileiro de Geografia e Estatística

IST: Infecções Sexualmente Transmissíveis

LGBT: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgênero

LGBTQI+: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais e outros;

LILACS: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde

MPU: Ministério Público do Trabalho

OMS: Organização Mundial da Saúde

ONU: Organização das Nações Unidas

Sars-CoV-2: Síndrome Respiratória Aguda Grave do Coronavírus 2

SUS: Sistema Único de Saúde

TGEU: Transgender Europe

ULTRA: União Libertária de Travestis e Mulheres Transexuais

UnB: Universidade de Brasília

Unila: Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Introdução da Dissertação

O acesso de travestis e transexuais aos serviços básicos, como saúde e educação, é negligenciado há muitos anos. No início deste século XXI, algumas conquistas em prol de mais equidade de direitos foram alcançadas, com muita batalha e determinação de pessoas e organizações que lutam pelos seus direitos. Infelizmente, ainda permanecemos como um dos países que mais assassina travestis e transexuais no mundo (Benevides & Nogueira, 2020; Transgender Europe, 2016).

Ainda há muito o que se alcançar e, especialmente no tema do universo profissional dessa população, existe pouco conteúdo na área acadêmica, na proposição e execução de políticas públicas, assim como ações sociais de promoção de trabalho e emprego para essa população. De acordo com estudo realizado por Silva, Luppi e Veras (2020), na cidade de São Paulo, com mais de seiscentas travestis, 82,3% das entrevistadas estavam com algum vínculo de trabalho; entre essas, apenas 16,7% encontravam-se no mercado de trabalho formal.

O trabalho permite ao indivíduo produzir os meios para seu sustento e, muito além disso, participa dos processos cognitivos e subjetivos da vida dos sujeitos. Direito humano fundamental, as condições de trabalho têm repercussões diretas sobre as condições de vida e de saúde da população. Em se falando de populações já vulnerabilizadas, merece destaque especial, no caso de travestis e transexuais, como uma possibilidade de romper com ciclos de violência e invisibilidade.

É necessário ter em mente que locais de trabalho, assim como a forma como nossa sociedade se organiza, são transfóbicos, para que a partir disso possamos tecer cenários e mudanças em prol do que almejamos. E é na busca de participar da construção de uma sociedade cada vez mais justa e equitária que eu me coloco a realizar esse trabalho.

Aproximação da pesquisadora do campo de pesquisa:

Falar da minha trajetória não é algo fácil. É importante que a leitora ou leitor conheça um pouco sobre mim e sobre o processo de construção dessa dissertação. Para isso, tomarei a liberdade em compartilhar em primeira pessoa um pouco de minha história. Formada em Psicologia Universidade de Brasília (UnB), sempre busquei que minha formação pudesse estar aliada à propositivas de transformação social. É fato que a academia possui um arcabouço extremamente elitista, racista, machista e *LGBTQI+fóbico*. Ao mesmo tempo que digo isso, não posso deixar de reconhecer o papel fundamental da universidade pública e, especialmente da UnB e da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), em possibilitar que essas problemáticas sejam nomeadas, destacadas, discutidas e possivelmente transformadas.

Com minha entrada na UnB, em 2012, tive a oportunidade de estar em contato com professoras e professores incríveis, além de estudantes, técnicos, projetos e extensões, que permitiram uma maior compreensão de problemáticas sociais e estruturais que tanto me incomodavam. Ir além e começar a buscar os “porquês”, indagar “como” se perpetuam determinadas violências e também vislumbrar nossa participação na construção de uma sociedade mais equitária.

A violência, de diversas formas, direcionada às pessoas que fazem parte da população LGBTQI+ sempre foi algo que me incomodou muito. Apesar de ter sido criada de forma que me permitisse respeitar a diversidade, com os primeiros meses na faculdade foi possível perceber que o suposto “respeito” não é suficiente. Falas que eu reproduzia que poderiam ser perpetuadoras de desrespeito, machismo, homofobia e outras formas de violência que antes me eram mais invisíveis aos olhos. E nesse momento a gente se vê pensando: “Mas eu?”, sim, “logo eu”. E é a partir dessa consciência de que também perpetuamos, reproduzimos e reforçamos violências no nosso dia-a-dia que surge a possibilidade e o desejo maior de mudança, que precisa se traduzir em atitudes contundentes.

Uma vez que a sociedade funciona de forma a impor padrões de comportamento, de relacionamentos e de institucionalização que reforçam a marginalização de certas identidades, reproduzimos sem perceber, na fala, como ato simbólico, e também nas atitudes, esses mecanismos de coerção do Estado; nos tornando não apenas cúmplices, mas também perpetradores dessas violências.

Então começo a me questionar: quantas travestis e transexuais estão nos espaços que eu frequento? Quais são esses espaços? Porque muitos locais não são confortáveis para essas pessoas? As pessoas cisgênero tem alguma postura que possa contribuir para melhorar essa situação ou ficam apenas aguardando que travestis e transexuais “apareçam” e ensinem como não ser uma pessoa transfóbica?

A falta dessa postura pode ser muito cruel ao esperar que grupos já vulnerabilizados pelo sistema venham a compor os espaços socioterritoriais para ensinar, militar, demarcar espaço e demandar tratamento correto e respeitoso; enquanto as pessoas cis não se dão ao trabalho de pensar a própria cisgeneridade, assim como buscar informações e refletir sobre como sua fala e postura podem ser mais inclusivas e tornar os ambientes mais seguros, convidativos e confortáveis pra populações vulneráveis.

Isso é uma possibilidade de ação simples e que possibilita que os espaços tenham maior representatividade de diferentes intersecções; não apenas esperando do outro, mas se colocando como sujeito construtor de realidades sociais. Enquanto se evita falar sobre transfeminismo, a gente repercute e reproduz uma série de falas transfóbicas, ao mesmo tempo em que não questionamos por que os espaços que frequentamos tem pouca representatividade trans; e continuamos aguardando pacientemente, sem nenhuma atitude transformadora, que as travestis e transexuais cheguem, a despeito de toda a transfobia social, para ensinar as pessoas a “respeitar”.

Reconhecer a importância da representatividade, nos permite atuar como promotores de espaços sem transfobia, até para que os locais seguros para travestis e transexuais não sejam apenas os marginalizados ou de margem social. Para além da visibilidade, é essencial falar em termos de representatividade, principalmente na academia onde por muito se silenciou e patologizou corpos e vivências dissidentes.

Ainda hoje, infelizmente, é possível se deparar com trabalhos que reforçam estigmas não condizentes com a realidade, utilizam as pessoas como objetivo de estudo sem dar uma devolutiva, dentre outras formas de irresponsabilidade ética e social. É necessário questionar qual o benefício real que o trabalho retorna para aquele grupo social; para que não venhamos a reproduzir lógicas segregatórias, patologizantes e excludentes.

Quando as discussões acontecem apenas entre grupos exclusivos, perpetua-se que essas discussões permaneçam em locais específicos, geralmente falando de LGBTQI+ para LGBTQI+, aumentando e perpetuando a distância entre não-LGBTQI+ e LGBTQI+; enquanto que o que almejamos é que todos os espaços como hospitais, escolas, mercados, ambiente de trabalho, ou seja, toda a sociedade e instituições não apenas estejam preparadas, mas que sejam também a própria comunidade LGBTQI+. Dessa forma, precisamos ampliar os debates de gênero de forma a diminuir as barreiras que ainda incidem de forma negativa nas diversidades sexuais e de gênero, convidando todas as pessoas a se posicionarem e pensarem nas próprias falas e na forma como se colocam no mundo.

Utilizo a terminologia LGBTQI+, na presente introdução, por ser a sigla mais inclusiva e abrangente atualmente, apesar da falta de consenso sobre determinadas nomenclaturas e termos. No decorrer do trabalho, no entanto, é pouco presente o uso da sigla, uma vez que a dissertação tem um recorte específico para travestis, transexuais e não-binárias.

Dito isso, eu convido todas e todos vocês a adentrarem comigo nesse trabalho. O primeiro artigo apresenta uma revisão bibliográfica sobre promoção da saúde de travestis e

transexuais. A revisão se limitou aos últimos dez anos e apenas a artigos da América Latina. Esse artigo tem um papel especial de nos iniciar nessa caminhada apresentando uma leitura do que já existe de produção na área com a preocupação de revelar o fenômeno circunscrito à realidade geopolítica que responde por nossas idiossincrasias latinoamericanas e portanto, não hegemônicas no que se refere à produção de conhecimento científico.

O segundo artigo surge da necessidade de continuidade das buscas e achados do primeiro artigo, pois, como constatado no percurso, as publicações latinas sobre o tema em questão são bem escassas. Os possíveis motivos são discutidos ao longo dos artigos. Ampliar o leque de leituras e bibliografia se faz importante, sem deixar de levar em consideração as particularidades que podem distanciar mulheres trans e travestis latinas e norte-americanas, por exemplo.

Nesse segundo artigo, ainda, foi possível definir os caminhos da pesquisa, quando caminhamos para a questão da empregabilidade de travestis, transexuais e não-binárias. A partir das leituras e revisões anteriores, participação em rodas de conversa e diálogo, maior inserção em grupos de travestis e mulheres trans e aproximação com coletivos e organizações já atuantes, a empregabilidade é um tema urgente, ainda dentro de uma perspectiva de promoção de saúde. É um recorte, sim, mas recorre-se a uma leitura o mais consubstancial possível, pois qualquer fenômeno social é indissociável de uma grande e complexa rede de amarras em constante dinâmica para que as questões se apresentem como são. Além disso, a partir do segundo artigo incluímos na nossa literatura e pesquisa também pessoas não-binárias, por entender que em se tratando de empregabilidade algumas vivências podem fazer sentido e serem trabalhadas de forma conjunta, sem de forma alguma negar as diferenças e particularidades de cada identidade.

No terceiro e último artigo, entendendo que um caminho já foi trilhado e uma bagagem adquirida, partimos para a escuta das narrativas das próprias travestis, mulheres transexuais e

não-binárias sobre suas experiências (ou falta delas) em processos de aquisição e permanência em empregos e trabalhos. Uma vez que a autonomia e saúde mental de travestis e transexuais perpassa não apenas a questão financeira, mas uma complexidade de fatores, é necessário investigar com a população-alvo as necessidades que se relacionam ao fator empregabilidade.

O trabalho objetiva identificar quais fatores são mais relevantes no tocante à empregabilidade de travestis e transexuais, pensando no papel do empregador e das pessoas empregadas, a fim de que estratégias interventivas sejam aplicadas para garantir a eficácia e permanência desta comunidade em ambientes formais de trabalho. Dessa forma, a pesquisa tem como objetivo primeiro identificar tais fatores que comprometem a empregabilidade, como forma de subsidiar estratégias que possam ser desenvolvidas, visando maior inclusão e menos transfobia nos ambientes laborais.

Referências

Benevides, B. G. & Nogueira, S. N.B. (2020). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2020*. Associação Nacional de Travestis e

Transexuais do Brasil (ANTRA). Disponível em:

<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3aancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf>

Silva, Maria Aparecida da, Luppi, Carla Gianna, & Veras, Maria Amélia de Sousa Mascena.

(2020). Trabalho e saúde na população transexual: fatores associados à inserção no mercado de trabalho no estado de São Paulo, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(5), 1723-173.

Internacional Transgender Europe. (09 de Novembro de 2016). *Transrespect*. Fonte:

Transrespect:

<https://transrespect.org/en/tmm-trans-day-remembrance-2016/>

Artigo 1 - Promoção da saúde com transexuais e travestis: uma revisão sistemática de literatura¹

Resumo

O trabalho tem como objetivo analisar a produção científica sobre promoção da saúde de pessoas transexuais e travestis na América Latina nos últimos dez anos. A revisão buscou identificar como as terminologias identitárias foram conceituadas e as características metodológicas presentes. Sete estudos, publicados entre 2013 e 2017, foram acessados através de bases de dados eletrônicas, codificados e analisados de acordo com os objetivos da revisão. Os resultados indicam que a maior parte dos trabalhos não conceitua a categoria identitária a qual faz referência. O estigma e preconceito aparecem como uma limitação recorrente no acesso à saúde integral dessa população. De modo geral, a maioria dos trabalhos são qualitativos, com obtenção dos dados por meio de entrevista semiestruturada e/ou grupo focal. São discutidas as implicações de tais achados para formulação de estratégias interventivas e políticas públicas que favoreçam a promoção da saúde de transexuais e travestis.

Palavras-chave: Promoção da Saúde; Transexual; Travesti; Transgênero

¹ Artigo publicado na Rev. psicol. polít. [online]. 2020, vol.20, n.47, pp. 165-177. ISSN 2175-1390.92

Abstract

The present work aims to analyze the scientific production about transsexual and *travestis*² health promotion in Latin America in the last ten years. The revision aims to identify how the identity terminologies were conceptualized and the presented methodological characteristics. Seven studies, published between 2013 and 2017, were accessed through electronic databases, coded and analyzed in accordance with the objectives of the revision. The results indicate that the most of the researchers do not conceptualize the identity category which it refers. The stigma and prejudice appear as a recurrent limitation in access to the integral health of this population. Generally, the most of the works are qualitative, with data collection through semi structured interview and/or focus group. The implications of such findings for the formulation of intervention strategies and public policy that promote the health of transsexuals and travestis are discussed.

Keywords: Health promotion; Transsexual; Travesti; Transgender

² A palavra "travesti" não será traduzida para outras línguas ao longo da dissertação.

Resumen

El presente trabajo tiene como objetivo analizar la producción científica sobre promoción de la salud de transexuales y travestis en América Latina en los últimos diez años. La revisión buscó identificar como las categorías identitarias fueron conceptuadas y las características metodológicas presentes. Siete estudios, publicados entre 2013 y 2017, fueron visitados a través de bases de datos electrónicos, codificados y analizados de acuerdo con los objetivos de la revisión. Los resultados indican que la mayor parte de los trabajos no conceptúan la categoría identitaria a la que hace referencia. El estigma y el prejuicio aparecen como una limitación recurrente en el acceso a la salud integral de esa población. De forma general, la mayoría de los trabajos son cualitativos, con la obtención de los datos por medio de entrevista semiestructurada y/o grupo focal. Se discuten las implicaciones de tales hallazgos para la formulación de estrategias interventoras y políticas públicas que favorezcan la salud de transexuales y travestis.

Palabras-clave: Promoción de salud; Transexual; Travesti; Transgénero

Introdução

A interpretação hegemônica vigente de que existem dois corpos radicalmente opostos, baseando-se na genitália e assim determinando os comportamentos e sentimentos adequados para cada um é algo que data aproximadamente do século XIX (Bento, 2008). Laqueur (2001), ao realizar um levantamento bibliográfico da literatura médica, percebe que foi a partir do século XVIII que os trabalhos começaram a utilizar intensamente o império da biologia como base da definição moral e social dos corpos. Até essa data, o isomorfismo era a ideia corrente, pela qual os sexos eram compreendidos em termos de diferenças de grau e não de tipo (Nicholson, 2000).

No século XIX, a medicina e os saberes psi (psicologia, psiquiatria e psicanálise) são convocados como os discursos apropriados para lidar com a compreensão dos trânsitos entre os gêneros. Apesar de estudos apontarem a existência de tais trânsitos em outros momentos históricos e culturas, eles não se encontravam na ordem da patologização, como acontece principalmente nas sociedades ocidentais atuais (Bento, 2008; Lanz, 2017).

A transexualidade se caracteriza como uma experiência identitária conflitiva com as normas de gênero fundadas no biológico (Bento, 2008). A pessoa transexual reivindica seu reconhecimento como mulher ou homem (Jesus, 2012). A travestilidade também pode ser compreendida como conflitiva com as normas de gênero, embora algumas diferenciações sejam consideradas. A travesti é sempre uma identidade de gênero feminina e não aparece como adjetivo da categoria mulher, como no caso da mulher transexual, mas sim como um substantivo que não vem para especificar outro termo (Jesus, 2012). Representa, ainda, um termo latino-americano de luta e identidade (Carvalho, 2018).

Modificações corporais ou cirúrgicas não são requisitos, portanto, para a pessoa se considerar como transexual ou travesti. Carvalho (2018) aponta uma distinção de classe ao se perceber como travesti ou transexual, uma vez que esta última se relaciona mais fortemente

como categoria médico-psiquiátrica e a busca por serviços de saúde ocorre com mais frequência entre pessoas com maior poder aquisitivo. Apesar da diferenciação, existe uma confluência entre os termos. Neste estudo, entretanto, optou-se por utilizar ambas as terminologias, com objetivo de obter maior abrangência e de considerar a zona fronteira de identificações, uma vez que a discussão das terminologias é algo recente.

O termo transgênero se apresenta como um termo guarda-chuva que engloba diversas identidades e funcionalidades, como a travestilidade, transexualidade, crossplayer, dragqueen ou king, dentre outros (Lanz, 2017; Jesus, 2012). Apesar de o termo ter uma amplitude maior do que a que se pretende englobar no presente trabalho, a terminologia “transgênero” também foi utilizada na pesquisa, por ser uma categoria que compreende transexuais e travestis.

O discurso científico, apoiando-se em um determinismo binário sem precedentes, utiliza a biologia para defender uma suposta natureza ontológica dos corpos, isto é, preconiza homem/mulher como verdade e forma universal do ser humano, que vem antes de tudo. Entretanto, como defende Preciado (2014), é impossível compreendermos algo como totalmente natural, uma vez que nossos corpos são operacionalizados por tecnologias sociais específicas de poder; um exemplo disso são as pílulas anticoncepcionais. Para o autor, todos os corpos poderiam ser considerados como *pós-op* (pós-operados) e seria mais adequado que falássemos em “história das tecnologias”, em detrimento de “história da humanidade”.

O desejo normatizador do Estado incide fortemente nos processos identitários, fazendo com que a identificação pareça natural, enquanto tecnologias sociais são constantemente repetidas e citacionadas (Derrida, 1991). Essa repetição é o que garante a eficácia produtiva dos discursos, que são mais performativos (Butler, 1999) que descritivos. As identidades são produzidas por uma coerção silenciosa do discurso dominante. Assim como discurso e linguagem, a identidade escapa. E é nesse território do escape, da hibridização (Silva, 2000) que encontramos os abjetos, os excluídos de lugar social, os “fora-da-lei”, as transidentidades;

todos aqueles que colocam em xeque a hegemonia imposta. É nesse local de interface de fronteira que as estratégias de controle se concentrarão (Haraway, 2009).

Diante da recusa de lidar com identidades que fujam da lógica binária, a sociedade e o Estado acabam atuando, aliados à hegemonia da ciência como reguladora, com violência física e simbólica na construção subjetiva e corporal das pessoas trans e travestis. As tecnologias sociais não devem ser negadas, mas utilizadas de forma não subjacente ao discurso dominante, como forma de fortalecer pluralidades e respeito às identidades.

De acordo com a ONG Internacional Transgender Europe [TGEU] (2016), o Brasil é o país onde mais ocorrem assassinatos de travestis e transexuais. Em termos absolutos, a quantidade de homicídios é quase quatro vezes maior que a do México, que fica em segundo lugar no ranking. Em termos relativos, o Brasil ainda se encontra entre os primeiros, ficando na quarta posição. Esse dado é alarmante, e levando em consideração a falta de visibilidade e de ações em vistas a intervir nessa realidade, a situação se torna ainda mais urgente.

Com a organização e mobilização de movimentos sociais e a reabertura democrática brasileira, as pautas relativas à orientação sexual e identidade de gênero ganharam mais espaço. Desde 2003, os temas sobre direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis, Transexuais e Transgênero (LGBT) já vinham sendo tratados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Porém, foi apenas no final de 2006, com uma conferência realizada em Yogyakarta, Indonésia, que os documentos oficiais de direitos humanos passaram a contemplar a identidade de gênero, já que antes havia referência apenas à orientação sexual. Nessa direção, em 2007, na 13ª Conferência Nacional de Saúde, a orientação sexual e a identidade de gênero foram incluídas nas análises do impacto do social na saúde (Tagliamento, 2015).

Existem atualmente diversas definições de determinantes sociais em saúde (DSS), porém, todas expressam de alguma forma a relação entre os fatores sociais (como condições de vida, trabalho, raça/etnia, dentre outros) de indivíduos e grupos e a situação de saúde (Buss &

Filho, 2007). A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT, aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) em 2009, compreende que “a discriminação por orientação sexual e por identidade de gênero incide na determinação social da saúde, no processo de sofrimento e adoecimento decorrente do preconceito e do estigma social reservado às lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais” (Brasil, 2010:14-15).

A partir do exposto, pode-se compreender que a concepção de saúde passou por um processo de reconceituação do termo. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades” (OMS, 2018). Alguns autores (Segre & Ferraz, 1997) problematizam tal conceituação, por entendê-la como utópica e segmentária. Como bem colocado por Czeresnia (2003:46), “se, de um lado, o vital é mais complexo do que os conceitos que tentam explicá-lo; de outro, é através de conceitos que são viabilizadas as intervenções operativas”.

Partindo de concepções mais amplas de saúde e doença, a conceituação e movimentação do campo da promoção da saúde começou a surgir nas últimas três décadas, tendo o Canadá como país precursor. Pensar e trabalhar na lógica da promoção, amplia o campo de atuação e de compreensão, uma vez que promover saúde não depende da existência de alguma doença prévia (Czeresnia, 2003). Dessa forma, trabalhar na perspectiva da promoção da saúde vai ao encontro das pautas do movimento de transexuais e travestis, pela despatologização das identidades trans (Butler, 2009), uma vez que o diagnóstico de Incongruência de Gênero (CID-11) ou de Disforia de Gênero (DSM-V) são hoje necessários para que a pessoa trans e travesti possa ter acesso ao Processo Transsexualizador do SUS.

A escolha pelo tema da promoção de saúde nesta revisão, se deu em virtude desse processo priorizar estratégias que colaboram para políticas públicas saudáveis, criação de ambientes saudáveis, reorientação dos serviços de saúde, desenvolvimento do protagonismo e

autonomia dos sujeitos e o fortalecimento de ações comunitárias (Carvalho & Gastaldo, 2008). A adoção desse fio condutor teórico permite uma forma de análise que privilegie o empoderamento das pessoas no que tange o autocuidado em nível micro e as políticas em nível macro.

As formas de vulnerabilidade as quais um grupo ou indivíduo se tornam suscetíveis ao adoecer devem ser levadas em consideração no trabalho em promoção da saúde. A vulnerabilidade se apresenta em três níveis, que são eles o individual (valores, atitudes, relacionamentos), o social (referências culturais, transgeracionalidade, emprego, suporte social, lazer) e o programático (políticas públicas, governabilidade, acesso aos serviços) (Ayres, França, Calazans & Saletti, 2009). A inserção nesses segmentos pode predizer o quanto um indivíduo está sujeito ao adoecimento e quais as estratégias e possibilidades interventivas devem ser trabalhadas para diminuir tal suscetibilidade. No caso de pessoas transexuais e travestis, a dificuldade em acessar serviços comunitários e institucionais perpassa os três segmentos (Tagliamento, 2017), que se apresentam como limitantes na oferta de promoção da saúde para tais populações.

A presente revisão tem como objetivo acessar a produção científica latino-americana sobre promoção da saúde de pessoas transexuais e travestis. O recorte latino se justifica pelas especificidades históricas e estruturais, que interferem na própria escolha dos termos comentada anteriormente, e reflete também na política e sistema atual de saúde na forma como são compreendidos, ofertados e acessados (Levcovitz & Couto, 2018). Pretende-se, com isso, ser um embasamento para pensar a promoção de saúde entre essa população no contexto latino-americano. Compreendendo, portanto, a saúde como um campo complexo e intersetorial, é necessário trabalhar a ótica da saúde levando em consideração especificidades populacionais e aspectos biopsicossociais que se interseccionam.

Produzir insumo para a realização de grupos de intervenção psicossocial com transexuais e travestis se faz necessário, uma vez que, apesar de a psicologia caminhar com vistas a atendimentos e interpretações cada vez mais humanizados, no que se refere ao acompanhamento de pacientes transexuais e travestis, o histórico de violações ainda é muito presente. A produção resultante pretende servir como embasamento para implementação de ações de saúde públicas, visando a acessibilidade de transexuais e travestis a grupos e espaços de promoção de saúde que não se limitem a adequações biomédicas e a necessidade diagnóstica (Arán, Murta & Lionço, 2009).

Método

A revisão de literatura tem se apresentado como uma ferramenta importante na construção de pesquisas, uma vez que permite avaliar o “estado da arte”, ou seja, o que foi produzido até hoje sobre determinado tema. A importância de revisões nesse sentido são de aprofundar o conhecimento e atualização em consonância ao que está sendo produzido, não incorrer em estudos repetidos ou ultrapassados e colaborar para o desenvolvimento científico e social. De acordo com o sugerido por Creswell (2007) para revisões sistemáticas, foram selecionadas as palavras-chave que permitem acessar o tema e estudos na área. Os termos travesti, transexual e transgênero foram utilizados combinados com o operador booleano “AND” e a expressão “promoção de saúde”, em quatro bases de dados, selecionadas por sua prevalência em pesquisas com recorte latino-americano, conforme aponta a tabela 1.

Os procedimentos metodológicos para a realização da revisão foram: 01) seleção dos critérios de pesquisa; 02) seleção das bases de dados a serem utilizadas; 03) escolha dos descritores; 04) investigação e organização dos artigos encontrados; 05) sistematização dos artigos que se encontravam nos critérios de inclusão; 06) leitura e análise dos artigos; 07) discussão acerca dos resultados encontrados.

Os critérios de seleção para a pesquisa foram textos em modalidade de artigo empírico publicados na América Latina nos últimos 10 anos (entre 2008 e 2018). As bases de dados utilizadas foram OásisBR, Periódicos CAPES, Biblat e BVS (Biblioteca Virtual em Saúde). A primeira base de dados citadas engloba apenas produções científicas brasileiras. A base Periódicos CAPES engloba trabalhos internacionais, cobrindo todo o território nacional, e se apresenta como um modelo inovador de consórcio de bibliotecas inteiramente financiado pelo governo brasileiro. O Biblat (Bibliografía Latinoamericana) é um portal especializado em revistas científicas e acadêmicas publicadas na América Latina e Caribe, que compreende as bases de dados CLASE (Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades) e Periódica (Índice de Revistas Latinoamericanas em Ciencias). O portal BVS, com foco em publicações no campo da saúde na América Latina e Caribe, engloba publicações de uma diversidade de países do mapa global; além de ser uma base de dados que já contempla outras bases de dados, como a LILACS (Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde), Medline, Scielo, dentre outras.

Tabela 1

Procedimento de busca dos artigos

Base de dados	Descritores	Nº de Artigos	Nº pós-triagem 1	Nº pós-triagem 2
OasisBR	Transexual AND “promoção d? saude”	1		
	Travesti AND “promoção d? saude”	5	4	
	Transgênero AND “promoção d? saude”	1		
Periódicos CAPES	Transexual AND “promoção d? saude”	8		
	Travesti AND “promoção d? saude”	7		
	Transgênero AND “promoção d? saude”	4		
BVS	Transexual AND “promoção de saude”	49		7
	Travesti AND “promoção de saude”	9	6	
	Transgênero AND “promoção de saude”	52		

Biblat	Transexual AND “promoção d? saude”	0	
	Travesti AND “promoção de saude”	0	0
	Transgênero AND “promoção de saude”	0	

Foram encontrados, ao todo, 136 artigos. Após nova filtragem dos artigos, denominada triagem 1 na tabela 1, foram retirados os artigos publicados fora da América Latina, com população menor de 18 anos, não-empíricos e artigos que não se enquadravam na temática e/ou população-chave, o que resultou em 14 artigos. Artigos fora da temática proposta são artigos que, apesar de aparecem como resultado das buscas, não tinham como temática central a população transexual e/ou travesti.

Tabela 2

Motivo exclusão dos artigos

Fator exclusão	Número de artigos
Artigo não é latino-americano	87
Amostra com pessoas menores de idade	22
Trabalho não-empírico	19
Amostra não representa o público-chave (descriptor) ou foge do tema	7
Total artigos descartados	129

Os 14 artigos restantes foram agrupados em uma planilha para categorização sobre ano de publicação, país/estado de afiliação, termo utilizado, se conceitua ou não o termo utilizado, método, participantes, revista, subtema. Dentre estes, a triagem 2 retirou os artigos não-empíricos que ainda apareceram ou que fugiam do tema ou público-chave; finalizando a quantidade da amostra em 07 artigos, conforme mostra a tabela 1. A triagem foi realizada em

duas etapas, pois a primeira se deu pela leitura de título e resumo e a segunda pela leitura completa dos trabalhos e incorporação na tabela.

Resultados e Discussão

A plataforma BVS apresenta uma quantidade de artigos substancialmente maior que as outras plataformas. Após triagem, a quantidade de artigos restantes se aproxima das outras bases de dados. Esta teve a maioria dos trabalhos excluídos da amostra final, pelo fato de a maioria dos resultados não serem publicações em revistas latino-americanas. Esse dado reforça a importância de estratégias como a BVS, de cooperação técnica em informação científica em saúde na América Latina e Caribe, uma vez que a produção científica ocorre de forma desigual entre países do globo, denunciando desigualdades sociais e históricas, assim como a colonização epistemológica ainda vigente (Hall, 2003; Mignolo, 2005; Quijano, 2000).

Tabela 3

Tabulação dos dados (síntese)

Título	Temática	Categoria Identitária	Conceituação	Método	Coleta	Formação Autores
Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde	SUS	Pessoas trans (transexuais e travestis)	Sim	Quali	Ent. semiestrutura da	3 Psicologia, Serviço social
Vivências de travestis no acesso ao SUS	SUS	Travesti	Não	Quali	Grupo focal	2 Saúde coletiva, 2 Serviço social e Psicologia

Diversidade de gênero e acesso ao Sistema Único de Saúde	SUS	Transexuais e travestis	Não	Quali	Grupo focal	2 Saúde Coletiva, Serviço social e Psicologia
O que esperam pessoas trans do Sistema Único de Saúde?	SUS	Pessoas trans (transexuais e travestis)	Não	Quali	Ent. semiestruturada	Psicologia e Saúde Coletiva
Estudo descritivo da homofobia e vulnerabilidade de ao HIV/Aids das travestis da Região Metropolitana do Recife, Brasil	HIV/Aids	Travesti	Sim	Quanti	Questionário	Enfermagem e Medicina
Perfil de travestis e transgêneros: tuberculose e HIV/Aids na cidade de São Paulo	HIV/Aids	Travesti e transgênero	Sim	Quanti	Questionário	Saúde Coletiva e Saúde Pública
(Trans)formações corporais: reflexões sobre saúde e beleza	Saúde e doença	Pessoas trans (transexuais e travestis)	Não	Quali	Ent. semiestruturada	2 Psicologia; 2 Saúde coletiva

Em relação a Biblat, também com importante enfoque latino-americano, questiona-se a ausência de resultados. O descritor “promoção da saúde” ou “promocion de salud” retorna uma

série de resultados, assim como “transexual” ou outro descritor identitário; porém quando buscados em conjunto (AND) não retornam artigos.

Na plataforma Oásis, são encontrados mais artigos com o descritor “travesti”; enquanto no Periódicos Capes há maior frequência do termo “transexual”, seguido por “travesti”, quase em igual número. Na base de dados BVS, há prevalência do termo “transgênero”, seguido de “transexual” e, por último, “travesti”.

Entre as três bases restantes, é possível analisar uma preferência pelos termos “travesti” e “transexual”, nas bases OasisBR e Periódicos Capes; em detrimento de uma prevalência do termo “transgênero” na plataforma BVS que, como mencionado, tem mais resultados de publicações fora da América Latina. Esses resultados corroboram trabalhos como o de Carvalho (2018), que aborda a construção da identidade política de travestis, mulheres transexuais e homens transexuais no Brasil, ao longo da última década. O autor sinaliza que o intercâmbio com ativistas estrangeiras foi uma das forças responsáveis pela entrada da categoria “transexual” no vocabulário militante, já que sugeriam fortemente o uso de tal categoria internacional. Apesar da incorporação do termo transexual, travesti ainda se mostra mais constante nas publicações nacionais e latinas. O termo transgênero, que seria também importado assim como transexual, ainda não sugere incorporação relevante na produção e cenários brasileiros.

Os resultados acima discutidos são apresentados na Tabela 1 e 2; enquanto os resultados apresentados e discutidos a partir daqui são apresentados na Tabela 3.

Os artigos finais, utilizados na revisão, somam sete artigos. Três artigos conceituam a categoria identitária utilizada no trabalho (Rocon, Rodrigues, Zamboni, & Pedrini, 2016; Souza, Ferreira, & Sá, 2013; Ferreira, Francisco, & Nogueira, 2016). O termo “pessoas trans” foi utilizado em três artigos (Rocon, Zamboni, Sodré, Rodrigues, & Roseiro, 2017; Rocon e col., 2016; Rocon, Sodré, Zamboni, Rodrigues, & Roseiro, 2018) e todos três, na metodologia,

descreveram que participaram do estudo pessoas transexuais e travestis. Um artigo utilizou o termo “transexuais e travestis” (Ferreira, Pedrosa & Nascimento, 2018); um artigo utilizou “travestis e transgêneros” (Ferreira, Francisco, & Nogueira, 2016); e dois artigos utilizaram apenas o termo “travesti” (Souza, Ferreira, & Sá, 2013; Ferreira, Nascimento, Pedrosa, & Monte, 2017). Dois estudos apontam diferenças nos resultados obtidos entre pessoas transexuais e travestis (Ferreira, Pedrosa & Nascimento, 2018; Ferreira e col., 2016), sugerindo a necessidade de abordagens distintas.

Reitera-se a importância de conceituar as possibilidades de identidade de gênero abordadas. A ausência desta pode apresentar um entrave na atuação e produção acadêmica acerca da temática, uma vez que confusão entre os termos são comuns e, sobretudo, pela importância de se fazer um recorte histórico e político-identitário das terminologias e das situações que constituem e constituíram distanciamentos e proximidades entre os termos. O surgimento de tais categorias identitárias aparece com demandas e formas de organização distintas (Carvalho, 2018); e refletem em diferenças que podem necessitar de abordagens distintas, como sugerem dois artigos da revisão (Ferreira e col., 2018; Ferreira e col., 2016).

Todos os sete artigos são brasileiros; sendo três do Espírito Santo, dois do Piauí, um de Pernambuco e um de São Paulo. Esse dado vai ao encontro dos resultados obtidos na revisão de literatura realizada por Salles, Gonçalves e Araújo (2017) sobre transexualidade. A revisão, realizada na plataforma LILACS, resultou em 16 artigos e 01 dissertação publicados; enquanto Argentina, Colômbia, Chile, Perú e Venezuela possuem 01 artigo cada, o Brasil se destaca entre países da América Latina em publicações sobre o tema.

Apesar do recorte de publicações ter sido para os últimos dez anos, a amostra final compreende majoritariamente artigos dos últimos dois anos (2016 a 2018), com apenas um artigo de 2013, sendo este o mais antigo (Souza e col., 2013).

Em relação a metodologia, observa-se uma prevalência de estudos qualitativos. Dois artigos utilizaram a metodologia quantitativa com estudo transversal (Ferreira e col., 2016; Souza e col., 2013); que são também os dois trabalhos com temática sobre HIV/Aids. Dentre os trabalhos com abordagem qualitativa, o processo de construção dos dados foi por meio de entrevista semiestruturada ou grupo focal.

Como estudos mais recentes, a preferência pela abordagem metodológica qualitativa nos trabalhos analisados reflete uma maior adesão por esse tipo de abordagem recentemente, nos últimos 20 anos (Minayo, Assis & Souza, 2005). A abordagem deve estar de acordo com os objetivos do trabalho; e, portanto, a forma como se olha para o fenômeno estudado parece ter passado por alterações nos últimos anos. Ao se considerar uma abordagem qualitativa, “acredita-se que exista uma relação dinâmica e inseparável entre o mundo real e a subjetividade dos participantes” (Minayo e col., 2005:82).

A prevalência dos instrumentos utilizados nos estudos analisados se justifica na abordagem metodológica, ao optarem por entrevistas semiestruturadas ou grupos focais. A escolha de instrumentos para abordagem qualitativa percorreu um processo de questionamento das bases quantitativas de abordagens qualitativas outrora usados; e pesquisadores vem desenvolvendo outras estratégias com instrumentos específicos como entrevistas, grupos focais, observação participante e outros (Minayo e col., 2005). De acordo com a mesma autora, a entrevista pode ser entendida como uma conversa com finalidade, direcionada e com ambiguidades; e o grupo focal é uma forma de entrevista em grupo, também com foco e direcionalidade, que permite maior visibilidade das interações sociais, não buscando uma fala única e consensual, pelo contrário, procurando a cartografia das opiniões e troca intersubjetiva.

Por meio da técnica de análise de conteúdo de Bardin (2002), foi possível delimitar três categorias temáticas nos artigos analisados: a) acesso ao SUS; b) HIV/Aids; c) concepções de saúde e doença. A primeira categoria engloba quatro artigos (Ferreira e col., 2017; Ferreira e

col., 2018; Rocon e col., 2016; Rocon e col., 2018). A categoria sobre HIV/Aids contém dois artigos, sendo os citados no parágrafo anterior; e a terceira e última categoria apresenta um artigo (Rocon e col., 2017).

As categorias temáticas resultantes da revisão têm o SUS como tema mais recorrente. Os quatro artigos representantes desta categoria abordam como resultado a questão do estigma e do preconceito vivenciados por transexuais e travestis no acesso ao SUS. Estes mostram-se como limitantes do acesso à essa população a serviços de saúde e tem consequências na saúde física e mental. Dessa forma, os trabalhos sugerem programas de capacitação continuada e de respeito à diversidade como estratégias importantes para melhorar o acesso e o engajamento desse segmento populacional aos serviços de saúde. Fica evidente a recorrência de dados nesse sentido, sugerindo maior preparo dos profissionais de saúde. Porém, contribuições e citações sobre saúde mental de transexuais e travestis limitam-se a esta estratégia, que compreende o nível programático de determinação social em saúde (Ayres e col., 2009).

A categoria HIV/Aids compreende estudos de perfil epidemiológico. A necessidade de conhecer a população com a qual se trabalha e no contexto do programa e objetivos é sempre importante. Devido ao histórico de estigma relacionado ao HIV/Aids e a suposta relação de causalidade desta com certos segmentos populacionais, especialmente o LGBT, é necessário ter cautela ao trabalhar nessa temática, para não incorrer ao risco de re-estigmatização e/ou análise inadequada e insuficiente em relação aos dados obtidos. A criação de espaços específicos para atendimento de transexuais e travestis, ao mesmo tempo que se faz necessário e é inclusive demanda de parte dessa população, pode cair em mais restrição de espaços de circulação e exclusão social; como alerta em artigo que “esses novos espaços de diálogo, como os serviços especializados, têm apontado para um efeito perverso, isto é, o confinamento de travestis a unidades especializadas em IST e AIDS” (Ferreira e col., 2017:1033).

A terceira e última categoria compreende apenas 01 artigo (Rocon e col., 2017). Este chama atenção por discutir interpretações sobre saúde e adoecimento a partir de pessoas trans e suas vivências. O artigo evidencia divergências entre as compreensões de saúde e doença dos saberes biomédicos e as que as pessoas trans produzem sobre si mesmas. Na ótica da promoção da saúde, esse artigo traz grande contribuição ao compreender a noção de saúde e doença como produções coletivas datadas historicamente; pensando as singularidades dos processos de saúde e adoecimento da experiência trans.

Um aspecto que permeia o resultado de todas as categorias desta revisão é que apenas um estudo apresenta um trabalho propositivo de promoção de saúde. Os demais utilizam esse termo, mas ele é empregado de forma genérica. Isso sugere que trabalhos não intitulados como promoção de saúde, possam também realizá-la. Por ser um tema inovador, em contexto no qual o modelo hegemônico ainda é o biomédico, o uso da expressão promoção de saúde ainda se mostra impreciso e pouco fidedigno às ações nesse campo.

Entre os profissionais envolvidos na elaboração dos artigos analisados (25 profissionais), há mais frequência de profissionais de psicologia (10 profissionais), seguidos por profissionais de saúde coletiva (07 profissionais). Todos os trabalhos foram produzidos por profissionais de mais de uma área da saúde; o que sugere a produção dos trabalhos de forma intersetorial, como sugerido pela ótica da promoção da saúde e da abordagem de fenômenos complexos (Brasil, 2006).

A importância de construções voltadas a questões de identidade de gênero e/ou orientação sexual são de extrema relevância, uma vez que instituições ajudam a criar e a reproduzir condições vistas como problemas sociais (Pereira, 2017). Assim como a linguagem, os sistemas institucionais e sociais podem ser usados a favor ou contra a ordem hegemônica, fazendo-se necessárias constantes considerações críticas sobre as ações praticadas pelos órgãos competentes e sistemas sociais.

A participação de diferentes áreas da saúde na construção dos trabalhos aumenta as possibilidades de políticas públicas direcionais e eficazes que possam, de fato, atender a necessidades específicas que perpassam a vida de cada um dos segmentos LGBT. Há muito a se trilhar, mas graças à luta de ativistas lésbicas, travestis e transexuais por maior visibilidade somadas à ideia de que problemas sociais afetam grupos distintos de diferentes formas, reitera-se a importância de compreender as faces da transfobia dentro do sistema de saúde (Pereira, 2017) para operacionalizar formas de alterar essa realidade em níveis micro e macrosistêmicos.

Considerações finais

Considera-se necessária maior produção na área da promoção da saúde de pessoas transexuais e travestis, especialmente considerando a saúde como fatores biopsicossociais a partir da concepção de pessoas trans. As produções são importantes no sentido de subsidiar ações de saúde pública por meio de políticas e programas sociais por meio do Estado.

A Psicologia se mostra como um campo presente na temática em questão; porém as produções carecem de um enfoque no psi, do biopsicossocial. A promoção da saúde de transexuais e travestis tem se restringido a um acompanhamento terapêutico que visa a obtenção diagnóstica para atenção à saúde e a intervenções corporais; sendo inegável a importância desta, se faz necessário, ainda, discutir e efetivar a promoção de saúde mental a partir também de outras práticas interventivas e terapêuticas.

Os modelos de análise e de desenvolvimento de programas em promoção e prevenção da saúde (Murta & Santos, 2015) contribuem no embasamento de ações de prevenção e promoção da saúde, identificando níveis de análise dos fenômenos. Dessa forma, compreender as limitações e potencialidades de uma ação interventiva é crucial, uma vez que não é possível trabalhar com todas as facetas que fazem parte de fenômenos complexos.

Sem representar uma limitação, mas um recorte, a análise qualitativa dos 7 artigos apresenta um panorama, ainda incompleto, da realidade latino-americana. Uma vez que não há pretensão de generalização, a análise traz dados desse contexto, mas estudos futuros são recomendados com base em uma possibilidade de ampliação do escopo para além da América Latina. Entretanto, é preciso reconhecer que a presença de artigos apenas brasileiros visibiliza a produção científica nacional.

Referências

- Ayres, J. R. de C. M., França-Jr, I., Calazans, G. J., & Saletti Filho, H. C. (2009). O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. Em D. F. Czeresnia, *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências* (pp. 121-143). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Bardin, L. (2002). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, LDA.
- Bento, B. (2008). *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense.
- Brasil. (2006). *Política Nacional de Promoção da Saúde*. Brasília, DF: Ministério da Saúde.
- Brasil. (2010). *Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais e travestis e transexuais*. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Fonte:
<https://www.saude.rj.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=NDUyMg%2C%2C&C=NDUyMg%2C%2C>
- Buss, P. M., & Filho, A. P. (2007). A saúde e seus determinantes sociais. *Revista de Saúde Coletiva*, 77-93.
- Butler, J. (1999). Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do sexo. Em L. G. Louro, *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (pp. 151-172). Belo Horizonte: Autêntica.

- Butler, J. (2009). Desdiagnosticando o gênero. *Revista de Saúde Coletiva*, 95-126.
- Carvalho, M. (2018). "Travesti", "mulher transexual", "homem trans" e "não-binário".
Cadernus Pagu, 33-67.
- Carvalho, S. R. & Gastaldo, D. (2008). Promoção à saúde e empoderamento: uma reflexão a partir das perspectivas crítico-social pós-estruturalista. *Ciência & Saúde Coletiva*, 13(2), 2029-2040.
- Creswell, J. W. (2007). *Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed.
- Czeresnia, D. (2003). O conceito de saúde e a diferença entre prevenção e promoção. Em D. Czeresnia, *Promoção da Saúde: conceitos, reflexões e tendências* (pp. 39-53). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Derrida, J. (1991). *Limited Inc*. Campinas: Papiros.
- Ferreira, B. de O., Nascimento, E. F., Pedrosa, J. I., & Monte, L. M. (2017). Vivências de travestis no acesso ao SUS. *Revista de Saúde Coletiva*, 27(4), 1023-1038.
- Ferreira, B. de O., Pedrosa, J. I., & Nascimento, E. F. (2018). Diversidade de gênero e acesso ao Sistema Único de Saúde. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, 31(1), 1-10.
- Ferreira, S., Francisco, P. M., & Nogueira, P. A. (2016). Perfil de travestis e transgêneros: tuberculose e HIV/Aids na cidade de São Paulo. *Revista Panamericana de Salud Publica*, 40(6), 410-417.
- Hall, S. (2003). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG.

Haraway, D. (2009). Manifesto Ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. Em T. Tadeu, *Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano* (pp. 34-118). Belo Horizonte: Autêntica.

Internacional Transgender Europe. (23 de Maio de 2018). *Transrespect*. Fonte: Transrespect: <https://transrespect.org/en/idahot-2016-tmm-update/>

Jesus, J. G. (01 de Abril de 2012). Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Brasília, DF, Brasil.

Lanz, L. (2017). *O Corpo da Roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros*. Curitiba: Movimento Transgente.

Laqueur, T. (1990). *Making sex: Body and Gender from the Greeks to Freud*. . Cambridge: Harvard University Press.

Levcovitz, E. & Costa-Couto, M. H. (2018). Sistemas de Saúde na América Latina no Século XXI. In: Nogueira R. P., et al. (Orgs). Observatório Internacional de Capacidades Humanas, Desenvolvimento e Políticas Públicas: estudos e análises 3. Brasília: Nesp/Ceam/UnB - Nethis/Fiocruz. p. 99-118.

Mignolo, W. D. (2007). *La idea de América Latina*. Barcelona: Gedisa.

Minayo, M. C., Assis, S. G., & Souza, E. R. (2005). *Avaliação por triangulação de métodos*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

Murta, S. G., & Santos, K. B. (2015). Desenvolvimento de programas preventivos e de promoção da saúde mental. Em S. G. Murta, K. Leandro-França, K. B. Santos, & L. Polejack, *Prevenção e Promoção em Saúde Mental: Fundamentos, Planejamento e Estratégias de Intervenção* (pp. 168-191). Nova Hamburgo: Sinopsys.

- Nicholson, L. (2000). Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, 8-41.
- OMS. (03 de Novembro de 2018). Organização Mundial da Saúde. *Constituição da Organização Mundial de Saúde*. Fonte:
<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>
- Pereira, M. (2017). Da Saúde Pública à homofobia: spillover e as transformações nas reivindicações do movimento LGBT em interações com o Estado. *Revista Psicologia Política*, 17(38), 141-165.
- Preciado, B. (2014). *Manifesto Contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual*. São Paulo: N-1.
- Quijano, A. (2000). Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. Em E. Lander, *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales* (pp. 201-246). Buenos Aires: FACES/UCV.
- Rocon, P. C., Rodrigues, A., Zamboni, J., & Pedrini, M. D. (2016). Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(8), 2517-2525.
- Rocon, P. C., Sodré, F., Zamboni, J., Rodrigues, A., & Roseiro, M. C. (2018). O que esperam pessoas trans do Sistema Único de Saúde? *Comunicação, Saúde e Educação*, 22(64), 43-53.
- Rocon, P. C., Zamboni, J., Sodré, F., Rodrigues, A., & Roseiro, M. C. (2017). (Trans)formações corporais: reflexões sobre saúde e beleza. *Saúde e Sociedade*, 26(2), 521-532.

- Salles, D. G., Gonçalves, J. dos S., & Araujo, L. D. (2017). A transexualidade na literatura científica das ciências da saúde. *Informação & Informação*, 22(2), 265-292.
- Segre, M., & Ferraz, F. C. (1997). O conceito de saúde. *Revista de Saúde Pública*, 31(5), 538-542.
- Silva, T. T. (2000). A produção social da identidade e da diferença. Em T. T. Silva, *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais* (pp. 73-102). Rio de Janeiro: Vozes.
- Souza, P. J., Ferreira, L. O., & Sá, J. B. (2013). Estudo descritivo da homofobia e vulnerabilidade ao HIV/Aids das travestis da Região Metropolitana do Recife, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(8), 2239-2251.
- Tagliamento, G. (2015). Direitos humanos e a saúde: a efetivação de políticas públicas voltadas à saúde integral da população trans. Em A. G. Sena, & K. M. Souto, *Transexualidade e Travestilidade na Saúde* (pp. 65-80). Brasília: Ministério da Saúde.

Artigo 2 - Empregabilidade de travestis, transexuais e não-binárias: uma revisão sistemática de literatura

Resumo

O artigo apresenta uma revisão sistemática de literatura sobre empregabilidade de travestis, transexuais e não-binárias. O objetivo da revisão foi analisar como são compostas as intervenções ou avaliações de intervenção associadas prioritariamente à empregabilidade de tais populações-chave. Nas bases de dados selecionadas foram utilizados os descritores “transgênero”, “transgénero”, “transgender” OR “travesti” AND “emprego”, “empleo” OR “employment”. Para análise final incluíram-se apenas artigos empíricos, dos últimos dez anos, com pessoas legalmente maiores de idade e que o tema central ou objetivo do artigo estivesse de acordo com os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos. Poucas intervenções foram encontradas, a maioria dos estudos são de avaliação. Alguns não descrevem as identidades de gênero, assim como não diferenciam trabalho e emprego. Os resultados sugerem necessidade de intervenções na área que abranjam, principalmente, moradia e percepção de autoeficácia no emprego.

Palavras-chave: Empregabilidade; travestis; transexuais; transgênero; não-binárias

Abstract

The article presents a systematic review of the literature on employability of travestis, transsexuals and non-binary. The purpose of the review was to analyze how interventions or intervention evaluation are associated primarily with the employability of such key populations. The descriptors "transgênero", "transgénero", "transgender" OR "travesti" AND "emprego", "empleo" OR "employment" were used in the selected databases. For final analysis, only empirical articles from the last ten years were included, with people legally of legal age and the central theme or objective of the article was in accordance with the established inclusion and exclusion criteria. Few interventions have been found, most studies are evaluative. Some do not describe gender identities, and do not differentiate between work and employment. The results suggest the need for interventions in the area that mainly cover housing and the perception of self-efficacy in employment.

Key-words: Employability; travestis; transsexuals; transgender; non-binary

Resumen

El artículo presenta una revisión sistemática de la literatura sobre empleabilidad de travestis, transexuales y no binarias. El propósito de la revisión fue analizar cómo las intervenciones o las evaluaciones de las intervenciones se asocian principalmente con la empleabilidad de dichas poblaciones clave. En las bases de datos seleccionadas se utilizaron los descriptores “transgênero”, “transgénero”, “transgender” OR “travesti” AND “emprego”, “empleo” OR “employment”. Para la análisis final, solo se incluyeron artículos empíricos de los últimos diez años, con personas mayores de edad y el tema central o objetivo del artículo fue acorde con los criterios de inclusión y exclusión establecidos. Se han encontrado pocas intervenciones, la mayoría de los estudios son evaluativos. Algunos no describen las identidades de género, al igual que no distinguen entre trabajo y empleo. Los resultados sugieren la necesidad de intervenciones en el área que cubran principalmente la vivienda y la percepción de autoeficacia en el empleo.

Palabras-clave: empleabilidad; travestis; transexuales; transgénero; no-binario

Introdução

A relação entre emprego/desemprego e saúde mental alerta para a importância e centralidade que tem o trabalho na vida individual e social das pessoas, sendo que este participa dos processos de subjetivação e identificação dos sujeitos. O trabalho pode aparecer como fator de adoecimento, assim como se apresentar como promotor de saúde, de autoestima, de autonomia e de redes de sociabilidade (Pinheiro & Monteiro, 2007). Ao analisar o Modelo de Determinação Social da Saúde, de Dahlgren & Whitehead (1991), ainda utilizado na atualidade, podemos observar a relevância das condições de vida e de trabalho, que se encontra entre os elementos micro e macrosociais que se retroalimentam na construção das dinâmicas dos sujeitos sociais.

Figura 1

Modelo de Determinação Social da Saúde, de Dahlgren & Whitehead (1991), conforme Mendes (2011).



Os determinantes sociais em saúde são condições ou circunstâncias de saúde da população que se apresentam de forma mais ou menos persistente e que exigem respostas sociais dos sistemas de atenção à saúde (Schneider, 2015). De acordo com o modelo apresentado, as condições de trabalho e emprego aparecem como fatores relevantes. Entretanto, questões relativas à identidade de gênero não aparecem ainda nesse modelo. Foi em 2009, com a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT (Brasil, 2010) que a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero foram incluídas como fatores que incidem na determinação social da saúde (Tagliamento, 2015).

Diversos estudos (Almeira & Vasconcellos, 2018; Rondas & Machado, 2015), assim como movimentos sociais (organizações como a União Libertária de Travestis e Mulheres Transexuais - ULTRA e Associação Nacional de Travestis e Transexuais - Antra) colocam a empregabilidade como uma demanda atual e estratégica no ciclo de vulnerabilidade social que pessoas transgênero, como travestis, transexuais e não-binárias, encontram-se. Ao terem menores possibilidades de acesso a empregos por motivos de preconceito e estigmatização (White Hughto, Reisner & Pachankis, 2015), às possibilidades de dinamismo econômico e social, reconhecimento e autonomia são cerceadas, de forma a dificultar a irrupção desse ciclo.

A presente revisão procura analisar como se compõem as intervenções ou avaliações de intervenção sobre empregabilidade de travestis, transexuais e pessoas não-binárias, bem como investigar o que já se tem produzido e quais os indicadores possíveis até o presente momento, por meio de artigos publicados em bases internacionais. A temática se justifica pela relevância do fator emprego na nossa sociedade que, atrelada à estigmatização de certos grupos, não faz jus a um direito básico constitucional e de Direitos Humanos, quando exclui determinados grupos - como travestis, transexuais e não-binárias.

O termo transgênero, que apresenta maior popularidade entre países europeus e norte-americanos (Gutierrez & Lordello, 2020), é um termo guarda-chuva que engloba diversas

identidades e funcionalidades (Jesus, 2012; Lanz, 2017). Por compreender a travestilidade e a transexualidade, a terminologia foi também utilizada nos termos de busca, além de ser o descritor sugerido de acordo com busca feita aos indexadores. Caracterizadas como experiências conflitivas com as normas de gênero fundadas no biológico e no binarismo de gênero (Bento, 2008; Jesus, 2012), transexuais são aquelas e aqueles que reivindicam seu reconhecimento como mulher ou homem; e a travesti é sempre uma identidade de gênero feminina (Jesus, 2012). Este último surge na América Latina e tem seu histórico marcado por disputas de classe e poder, seu uso representa formas de luta e de identidade (Carvalho, 2018).

As identidades não-binárias compreendem pessoas que não se identificam exclusivamente como homem ou como mulher (Clarke, 2019), ou que rejeitam ambas as categorias binárias. O termo, relativamente recente, aparece primeiro na América do Norte e Europa e apresenta maior reivindicação por pessoas de classe média e com maior nível de escolaridade (Clarke, 2019). Apesar da recente visibilidade, sempre existiram pessoas não-binárias em diferentes contextos e épocas.

Diferenças históricas e socioeconômicas acompanham essas identidades, que apresentam similaridades e confluências em vivências de estigmatização que levam a baixos níveis de empregabilidade. Muitas dessas referem-se ao demarcador visual que pessoas não conformistas de gênero assumem como constituintes de suas identidades. Ao subverterem a lógica binária, de que os indivíduos devem se portar de acordo com os elementos atribuídos conforme seu sexo biológico “determina”, essas figuras são marginalizadas socialmente, uma vez que impulsionam um desequilíbrio de ordem social (Simpson, 2015).

A identidade é um processo de construção simbólica e discursiva que se realiza a partir da diferença e da demarcação de fronteiras; essa demarcação, apesar de tender para a fixação, não é totalmente rígida e coloca em questão os jogos de poder que interagem nas produções identitárias (Silva, 2000). As demarcações binárias “nós-eles”, “quem pode” e “quem não

pode” demonstram a centralidade hegemônica de certos grupos identitários ao mesmo tempo que delegam a outras a marginalidade dos territórios fronteiriços.

A conquista da identidade no campo social, mediada pela atividade de trabalho, passa pela dinâmica do reconhecimento (Dejours, 2012). A construção da identidade perpassa uma variedade de consubstancialidades (Kergoat, 2016) ao longo do tempo, como trabalho, gênero, raça, religião, entre outras, que produzem sujeitos mais ou menos vulneráveis, levando em consideração as normas sociais e políticas vigentes. Frente ao exposto, fica evidente a importância do outro e do reconhecimento de pares no processo de identificação, seja no trabalho ou em outras esferas da vida.

Dejours (2012) inicia um dos capítulos de seu livro problematizando a ideia do trabalho como mediador de emancipação ou como móvel de alienação. Levando em consideração a teoria crítica social do trabalho, pode-se dizer que o trabalho é, ao mesmo tempo, fonte de prazer e sofrimento (Mendes, 2007). Sem desconsiderar a crítica aos modos de acumulação do capital no século XX, é necessário compreender o trabalho em suas dimensões ontológicas e sócio-históricas que subjazem a relação com os processos de subjetivação e identificação dos trabalhadores a nível individual e social.

A palavra trabalho pode apresentar uma série de significações e se inserir adequada em diferentes dimensões da vida humana, como trabalho religioso, trabalho de parto, trabalho doméstico, trabalho físico, trabalho político, trabalho artístico, entre outros. Para o presente artigo, a articulação ocorrerá em torno de dois conceitos centrais: trabalho e emprego. Muitas vezes, de forma coloquial, utiliza-se ambos como sinônimos; mas partindo de maior apropriação e leitura crítica dos termos, se faz necessário compreender que todo empregado é considerado trabalhador, mas nem todo trabalhador é empregado (Alves, Almeida & Rodrigues, 2015).

A Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), assim como outras normas trabalhistas, regulamenta apenas as condições relativas aos direitos e proteção dos empregados; não se estende, portanto, aos trabalhadores. Este compreende um termo mais genérico, que pode se referir às pessoas trabalhadoras sexuais, autônomas, estagiárias, eventuais, entre outras formas de trabalho que apresentam menor segurança em relação ao vínculo empregatício (Alves, Almeida & Rodrigues, 2015).

Em um período de mudanças estruturais nas sociedades industrializadas, os últimos 30 anos foram marcados por uma política de flexibilização e desregulação do mercado (Dal Rosso, 2012). Em consequência disso, a estabilidade socioeconômica se vê gravemente ameaçada ante ao crescente desemprego e aumento de regimes de trabalho precarizados (Araújo & Moraes, 2017; Costa, 2007).

O advento da globalização e a flexibilização das leis de mercado permitem que grandes transnacionais se desloquem em busca de mão-de-obra barata, fortalecendo a classe capitalista e acentuando as desigualdades. Dessa forma, as consequências do modelo econômico neoliberal afetam especialmente os países da América Latina com situações de maior desemprego e pobreza (Singer, 2009). Como países historicamente colonizados, ainda somos principal fonte de matéria-prima e esgotamento de recursos em prol de um desenvolvimento imperialista, assim como ascensão e concentração de renda de países já desenvolvidos.

Em ampla revisão bibliográfica, cujo objetivo foi de mapear os principais tópicos de estudo relacionados à população transgênero, Marshall et al. (2019) identificaram que há uma baixa produção de conteúdo quanto à empregabilidade. Destacou-se que é de extrema importância que haja uma maior quantidade de pesquisas englobando empregabilidade de transgêneros, tendo em vista o papel central do trabalho na vida dos seres humanos e na promoção de saúde. Logo, essa revisão justifica-se pelo intuito de promover uma

fundamentação para pesquisas futuras que venham a estudar a correlação desses fenômenos e propor intervenções.

Intervenções são criadas para abordar necessidades identificadas na vida dos sujeitos, em seus diferentes contextos. Orientam-se para processos de mudança, com base na demanda dos sujeitos envolvidos e na análise crítica das relações sociais no cotidiano dos grupos, instituições e comunidades (Afonso, 2011). As intervenções psicossociais devem partir de um princípio de democratização e participação social.

Estudos e pesquisas anteriores permitem observar que intervenções psicossociais que tem como uma de suas etapas a Avaliação de Necessidades, apresentam indicadores mais robustos de eficácia e durabilidade. A Avaliação de Necessidades se apresenta como instrumento metodológico capaz de operacionalizar as demandas específicas de uma população, tratá-las e qualificá-las de forma propositiva. Além desta, existem outros tipos e modelos de avaliação, que vão variar de acordo com os objetivos, que são: Avaliação de Necessidades, Planejamento de Avaliação, Avaliação de Processo, Análise de Custo, Avaliação de Satisfação, Avaliação de Resultados e Avaliação Econômica (Ronzani, Mota & Costa, 2015).

Esses modelos são recursos conceituais que auxiliam a dar forma e sentido a um fenômeno social e suas possibilidades de intervenção. Dessa forma, é ideal que ocorram vários modelos de avaliação em uma intervenção bem estruturada. Neste trabalho será analisado se os artigos propõem, em sua composição, indicadores que mencionem qualquer tipo de avaliação no campo da intervenção.

Método

Uma revisão sistemática de literatura tem o objetivo de reunir e avaliar crítica e sinteticamente resultados de múltiplos estudos na área (Costa & Zoltowski, 2014). A presente

revisão, que visa reunir e analisar trabalhos empíricos publicados sobre empregabilidade de travestis, transexuais e não-binárias, seguiu os passos propostos por Costa & Zoltowski (2014) para a sistematização dos dados e posterior análise.

Delimitado o tema, acima descrito, a equipe selecionou os descritores “transgender” OR “transgênero” OR “transgénero” OR “travesti” AND “employment” OR “emprego” OR “empleo”. A busca ao indexador indicou o termo “transgênero” como mais adequado, ao abranger transexuais (mulheres e homens), pessoas não-binárias e *queer*, dentre outros. Esse termo possui uma amplitude maior do que a que se pretende englobar no presente trabalho, por abranger categorias que, de acordo com as pessoas autoras e debates correntes, apresentam necessidades, expressões e inteligibilidades de diferentes ordens. Especialmente ao tratar sobre o quesito emprego, entende-se mais adequado fazer um recorte com pessoas travestis, transexuais e não-binárias pela compreensão de que, em se tratando de empregabilidade, existem vivências e barreiras que afetam de forma mais incisiva tais identidades.

O termo “travesti”, uma vez não encontrado como vocabulário controlado e não indexado dentro do escopo “transgênero”, permitiu a opção pelo uso dessa palavra como linguagem natural (Lopes, 2002).

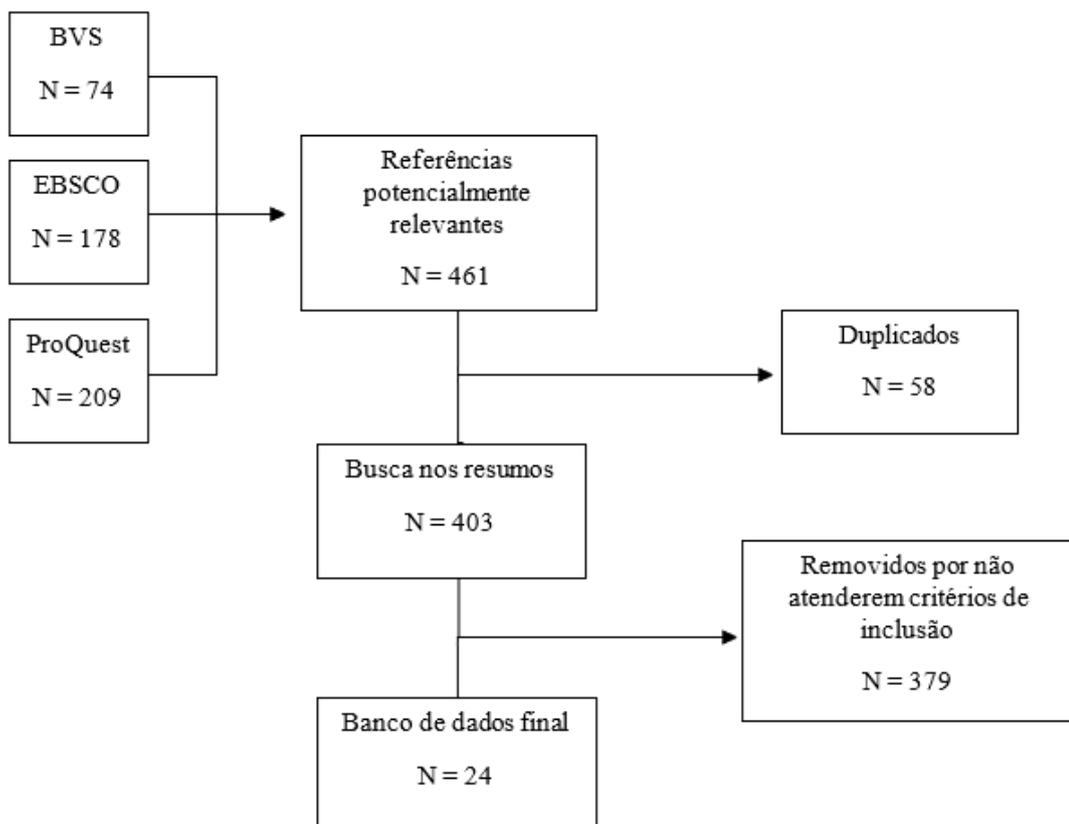
Buscas foram realizadas em seis bases de dados, em caráter exploratório, e posteriormente três foram selecionadas por apresentarem uma quantidade significativa de trabalhos e com aparente coerência com o tema proposto. As bases de dados selecionadas para a busca final foram: BVSsalud, ProQuest e EBSCO.

Foram incluídos os trabalhos empíricos compreendidos no período de janeiro de 2008 a agosto de 2019, com pessoas maiores de idade e nos quais o objetivo central da pesquisa englobava, de alguma forma, empregabilidade de travestis, transexuais e/ou não-binários. Artigos em que o fator empregabilidade aparecia apenas nos resultados ou discussão/conclusão não foram inclusos.

A primeira análise dos artigos ocorreu pela leitura de título e resumo dos mesmos. Foram excluídos os artigos em que: os participantes eram legalmente menores de idade; o foco principal não era a questão da empregabilidade com travestis, transexuais e não-binárias; estudos anteriores a 2008; artigos não empíricos.

Figura 2

Resultado da triagem 1



A Figura 2 ilustra a primeira triagem. É importante salientar que uma quantidade grande de artigos foi excluída, especialmente na plataforma EBSCO. Nesta, os trabalhos não configuraram como artigos científicos e se constituíam, em sua maioria, como comentários em revistas de livre veiculação.

A análise dos 24 artigos restantes foi realizada por meio da leitura completa dos artigos e se delimitou a analisar os seguintes tópicos: população-chave ou participantes (pessoas

transgêneras, transexuais, travestis e/ou não-binárias); descrição ou conceituação da população-chave; tipo de proposição (avaliação, intervenção, outros); exclusiva ou integrada (fator empregabilidade foi trabalhado de forma exclusiva ou integrada com outras áreas); se havia menção a trabalho sexual; se ocorreu diferenciação entre trabalho e emprego; se era um estudo com pessoas desempregadas, já empregadas ou ambos; coleta de dados *online* e/ou presencial; indicadores e elementos resultantes; recomendações futuras (estudos ou ações); ano, país e área dos profissionais autores.

Resultados e Discussão

Dos 24 artigos separados para a análise final, 19 são provenientes dos Estados Unidos, além de 02 da Turquia, 01 do Brasil, 01 do Canadá e 01 da Indonésia. A prevalência de produções estadunidenses vai ao encontro do imperialismo econômico e científico do país, que detém parte do monopólio intelectual e de produção científica do mapa global. Fica explícita a desigualdade e falta de equidade das vozes que hoje produzem ciência no globo.

Verifica-se a necessidade de trabalhos da América Latina para a América Latina, onde as particularidades culturais, econômicas e históricas possam estar mais próximas das aqui vivenciadas (Singer, 2009). Nesse cenário, porém, o Brasil é o único país latino que aparece nos resultados; assim como os achados de revisão anterior sobre promoção de saúde de travestis e transexuais, na América Latina, em que retornaram apenas estudos brasileiros (Gutierrez & Lordello, 2020).

A produção de artigos científicos sobre empregabilidade de travestis, transexuais e não-binárias é recente. O recorte da revisão bibliográfica foi desde 2008 até o ano atual, considerando o período entre janeiro de 2008 a agosto de 2019. Mesmo nesse intervalo, a amostra foi pouco representativa e sequer apareceram artigos anteriores a 2012. É possível dizer que os trabalhos são dos últimos 04 anos, em sua maioria, demonstrando o progressivo aumento de produção na área e visibilidade para o tema.

Em relação às pessoas participantes dos estudos empíricos analisados, temos uma maioria substancial de transgêneras, especialmente mulheres transexuais brancas. Apenas em dois estudos foi mencionada a participação de travestis e dois estudos contaram com a participação de pessoas não-binárias. Quase metade (11) dos artigos analisados não apresentaram uma conceituação ou descrição do que se compreendeu como transgênero e demais identificações. Os que a fizeram, estavam todos de acordo com o apresentado no início deste trabalho (Bento, 2008; Carvalho, 2018; Clarke, 2019; Jesus, 2012; Lanz, 2017). Apesar de a decisão inicial não incluir outras categorias do guarda-chuva transgênero (como *drag queens* e *kings*, *crossplayers* e *cross-dresser*), não foram verificados estudos que abrangeram essas populações. Como sinalizado por Jesus (2012), o termo transgênero abarca não apenas identidades, mas funcionalidades: *drag queens* e *cross-dressers*, por exemplo. Essa separação que a autora apresenta, explícita de forma contundente que existem certas diferenças nessas vivências e vai ao encontro do proposto neste estudo de incluir as identidades, e não as funcionalidades, em sua relação com o emprego.

É interessante ressaltar essa concordância, principalmente sobre as transgeneridades e transexualidades, que foram as mais presentes, uma vez que não se observa uma polissemia dos termos nos trabalhos analisados. A diminuição de ambiguidades ou de diferentes descrições, que não conversam entre si, é relevante para implementação de políticas públicas e ações direcionadas a essas populações. A unificação da linguagem auxilia propostas de políticas públicas uma vez que essas se destinam a grupos específicos da população em ações direcionadas que possam responder às necessidades do grupo, sem negar diferenças ou impor homogeneidades. Devido ao poder simbólico que carregam as linguagens de ordem pública, se faz necessário o cuidado em possibilitar que sejam “definições legítimas, articulando séries de representações sociais e instrumentos de ação socialmente autorizados como práticas públicas” (Moretti & Melo, 2017, p. 39).

O tipo de proposições apresentadas chama atenção pela quantidade de estudos empíricos avaliativos. Os estudos não mencionaram a realização específica de avaliações de necessidades, porém entendeu-se que os procedimentos realizados nesses estudos correspondem metodologicamente a esse tipo de avaliação. Apenas um artigo apresentou, efetivamente, uma intervenção. Esta foi composta por todos os elementos considerados pela bibliografia aqui apresentada (Ronzani, Mota & Costa, 2015), sugeridos como essenciais para a eficácia e qualidade de uma proposta interventiva complexa.

Um questionamento pertinente à comunidade científica que trabalha com pessoas trans, é o quanto essa metodologia de avaliação e de construção de intervenções está internalizada ou é de conhecimento dos investigadores. A ciência da prevenção e promoção em saúde hoje preconiza o uso de tais metodologias e o desenvolvimento e efetividade de projetos, intervenções e políticas dependem da atualização, uso e acompanhamento do que se produz na área (Murta & Santos, 2015).

A empregabilidade aparece nos estudos analisados nessa revisão de duas formas: exclusiva, quando o conteúdo trata exclusivamente de empregabilidade, e integrada, quando é associada a questões como moradia, prevenção ao HIV e discriminação, entre outros. Os resultados apontaram um predomínio da forma integrada, alegando que a empregabilidade de pessoas transexuais, travestis e não-binárias é absolutamente impactada pelas dimensões citadas.

A coletividade social apresenta muitas atitudes discriminatórias, ao associar aquisição de emprego à meritocracia e oportunidades conquistadas pelo sujeito. Os estudos de empregabilidade confirmam o quanto outros aspectos político-estatais, econômicos, estruturais e históricos tem relação direta com a oferta e aquisição de trabalho (Singer, 2009), especialmente com a população trans.

Os resultados e indicadores que os trabalhos analisados apresentam são bem diversos, mas é possível destacar três intersecções que aparecem de forma contundente: moradia, autoeficácia e saúde. Nesse sentido, merece destaque o estudo de Hill et al. (2017), que buscou explorar fatores individuais e estruturais associados ao emprego entre mulheres trans não-brancas, em que aparecem a moradia e percepção de autoeficácia como os fatores mais associados à permanência no emprego.

Reforça-se a necessidade de intervenções multiníveis que possam relacionar diferentes áreas da vida humana, que são muitas vezes dissociadas pela fragmentação reducionista de compreensão do ser humano. A intersecção com saúde também foi frequente, presente em 11 (onze) dos artigos que lidam com o tema de forma integrada. Em relação à saúde, o HIV aparece como principal fio condutor, uma vez que o emprego se apresenta como fator protetivo e de prevenção ao HIV, enquanto o trabalho, sobretudo sexual, foi mencionado como um potencial fator de risco à saúde. Isto reitera as condições de trabalho e emprego como um determinante social em saúde (Dahlgren & Whitehead, 1991), assim como a identidade de gênero (Tagliamento, 2015).

Na triagem 1 ficou perceptível uma grande quantidade de resumos e artigos que tratavam do trabalho sexual. Um dos tópicos analisados nesta revisão foi a presença ou não de menção a esse tipo de trabalho. Seis (6) estudos fizeram referência ao trabalho sexual. Destaca-se a relevância de falar sobre trabalho sexual, principalmente com estas populações, não no intuito de perpetuar uma estigmatização, mas de considerar a realidade que muitas travestis e mulheres transexuais têm como forma de obtenção de renda. É comum que processos de abuso físico e psicológico presentes na escola e família aproximem essa população do universo da prostituição (Pereira, 2015). Os artigos que fizeram menção ao trabalho sexual abordavam, todos, o HIV.

Tal qual a palavra emprego, a palavra trabalho também apareceu em todos os artigos selecionados para esta revisão. A amplitude dos termos e a falta de diferenciação entre um e outro pode gerar interpretações reducionistas. Mulheres transexuais e travestis costumam trabalhar muito; porém em condições precárias que não deixam explícita a relação trabalho x emprego, já que os índices de emprego são extremamente baixos se comparados com o montante cisgênero da população (Leppel, 2019). A alta concentração de determinado grupo em locais e espaços específicos, onde são aceitos, denuncia uma convivência social segregatória e sem acesso a determinados recursos materiais e simbólicos.

A discriminação no emprego também se apresenta como tema recorrente e essencial nas discussões. Mulheres transexuais são as mais afetadas pela discriminação e falta de emprego, se comparadas às mulheres cisgênero e aos homens transexuais (Irving, 2015). Isso se manifesta pela precariedade de permanência ou qualidade de vida nos locais de trabalho e emprego. Nos ambientes laborais, as mulheres já são preteridas em relação aos homens, e a situação se agrava com a imposição da cisnormatividade sobre seus corpos e condutas.

A sinalização de propostas no *corpus* de análise referentes a estudos e ações futuras enfatizam a necessidade de pesquisas com quantitativo maior de participantes; políticas públicas e leis anti-discriminatórias na área; intervenções que fomentem moradia aliada ao emprego; fortalecimento da percepção de autoeficácia. Alguns artigos alertam para a necessidade de estudos racializados, uma vez que a maioria das pessoas participantes são brancas, assim como a importância de outras formas de obtenção de dados, já que estudos que foram feitos *online* não conseguem abranger uma parcela de classes e escolaridades mais vulnerabilizadas.

Os resultados da presente revisão permitiram problematizar e sinalizar áreas de conteúdos promissores para intervenções psicossociais voltadas para a população trans. Comprometidas com a etapa inicial de avaliação de necessidades, elas devem se basear em

argumentos científicos e metodológicos, que possam de fato vir ao encontro dos anseios que esse público apresenta em relação à empregabilidade, considerando os direitos previstos na Constituição.

Considerações finais

Com esta revisão de literatura pode-se refletir a necessidade de romper o ciclo de normatização adocida que discrimina travestis, transexuais e não-binárias em processos de seleção e após a aquisição do emprego. A relevância social da presente revisão está em propor alternativas que visem mudanças socioestruturais, nas quais pessoas não sejam discriminadas por sua identidade de gênero ou orientação sexual.

É necessário questionar a raridade de proposições interventivas e o porquê de ações em direção à promoção de empregabilidade de pessoas trans apresentar pouca incidência nos estudos analisados. As barreiras e a falta de interesse político-estatal e econômico aliadas aos posicionamentos e atitudes discriminatórias por parte dos centros de poderio hegemônico reiteram essa situação.

É possível dizer que o aumento de estudos na área aliado à concordância em termos conceituais e epistemológicos delineia um caminho próspero, nos quais os trabalhos publicados têm apresentado homogeneidades que sugerem ações fundamentadas. A compreensão e padronização do que é trabalho e emprego, porém, ainda é bem precária e a revisão permitiu enfatizar a necessidade de melhor exploração do tema nos estudos futuros, especialmente nos relativos à empregabilidade.

Referências

- Afonso, M. L. M. (2011). Notas sobre sujeito e autonomia na intervenção psicossocial. *Psicologia em Revista*, 17(3), 445-464.

- Almeida, C. B. de, & Vasconcellos, V. A. (2018). Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo? *Revista Direito GV*, 14(2), 303-333.
- Alves, L., Almeida, L. F. & Rodrigues, D. (2015). As principais características das relações de emprego e relações de trabalho. *Águia Acadêmica - Revista Científica dos Discentes da FENORD*. 3(3), 73-82.
- Bento, B. (2008). *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense.
- Brasil. (2010). *Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais e travestis e transexuais*. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Disponível em:
<https://www.saude.rj.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=NDUyMg%2C%2C&C=NDUyMg%2C%2C>
- Carvalho, M. (2018). "Travesti", "mulher transexual", "homem trans" e "não-binário". *Cadernus Pagu*, 33-67.
- Clarke, J. A. (2019). They, them and theirs. *Harvard Law Review*, 132 (3), 895-991.
- Costa, A. B. & Zoltowski, A. P. C. (2014). Como escrever um artigo de revisão sistemática. Em Koller, S. H., Couto, M. C. P. de P. & Hohendorff, J. V. *Manual de Produção Científica*. Porto Alegre: Penso. Disponível em:
https://www.biosanas.com.br/uploads/outros/artigos_cientificos/18/6505082c2a7c23986651c7b1f7a4a92e.pdf
- Dal Rosso, S. (2012). *Mais trabalho!: A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo.
- Dejours, C. (2012) Trabalho e emancipação. Tradução: Franck Soudant. Brasília: Paralelo 15.
- Gutierrez, S. M. & Lordello, S. R. M. (2020). Promoção da saúde com transexuais e travestis: uma revisão sistemática de literatura. *Revista de Psicologia Política*, 20 (47), 165-177.
- Hill, B. J., Rosentel, K., Bak, T., Silverman, M., Crosby, R., Salazar, L., & Kipke, M. (2017). Exploring Individual and Structural Factors Associated with Employment Among

- Young Transgender Women of Color Using a No-Cost Transgender Legal Resource Center. *Transgender Health*, 2(1), 29–34.
- Irving, D. (2015). Performance Anxieties. *Australian Feminist Studies*, 30(83), 50–64.
- Jesus, J. G. (01 de Abril de 2012). Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Brasília, DF, Brasil.
- Kergoat, D. (2016). O cuidado e a imbricação das relações sociais. Em *Gênero e Trabalho no Brasil e na França: Perspectivas Interseccionais*. Orgs. Abreu, A. R., Hirata, H., Lombardi, M. R. Tradução Carol de Paula. Boitempo: São Paulo.
- Lanz, L. (2017). *O Corpo da Roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros*. Curitiba: Movimento Transgente.
- Lopes, I. L. (2002). Uso das linguagens controlada e natural em bases de dados: revisão da literatura. *Ciência da Informação*, 31 (1), 41-52.
- Mendes, E. V. (2011). Os modelos de atenção à saúde. Em Mendes, E. V. (Elab.) *As redes de atenção à saúde* (2a ed., Cap. 13, pp. 209-292). Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde.
- Moretti, B. & Melo, E. B. B. de (2017). Políticas públicas e linguagem: o papel das definições oficiais para a construção das capacidades estatais. *Sociedade e Cultura*, 20 (1), 39-60.
- Murta, S. G. & Santos, K. B. (2015). Desenvolvimento de programas preventivos e de promoção de saúde mental. In Murta, S. G., Leandro-França, C., dos Santos, K. B. & Polejack, L. (Orgs), *Prevenção e Promoção de Saúde Mental: Fundamentos, planejamento e estratégias de intervenção* (pp. 168-191). Novo Hamburgo: Sinopsys.
- Pinheiro, L. R. & Monteiro, J. K. (2007). Refletindo sobre desemprego e agravos à saúde mental. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 10 (2), 25-45.

- Rondas, L. de O. & Machado, L. R. de S. (2015). Inserção profissional de travestis no mundo do trabalho: das estratégias pessoais às políticas de inclusão. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 10(1), 192-205. Recuperado em 18 de dezembro, 2019, em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082015000100016&lng=pt&tlng=pt.
- Ronzani, M. T., Mota, D. C. B. & da Costa, P. H. A. (2015). Avaliação de necessidades em saúde mental: utilizando métodos participativos. Em Murta, S. G., Leandro-França, C., dos Santos, K. B. & Polejack, L. (Orgs), *Prevenção e Promoção de Saúde Mental: Fundamentos, planejamento e estratégias de intervenção* (pp. 152-167). Novo Hamburgo: Sinopsys.
- Santos, C. G. P. dos (2015). Saúde?! Completo bem-estar psicossocial de um indivíduo: tudo que uma pessoa trans não possui. Em Brasil, *Transexualidade e Travestilidade na Saúde* (pp. 17-24). Brasília: Ministério da Saúde.
- Silva, T. T. (2000). A produção social da identidade e da diferença. Em T. T. Silva, *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais* (pp. 73-102). Rio de Janeiro: Vozes.
- Simpson, K. (2015). Transexualidade e travestilidade na saúde. Em Brasil, *Transexualidade e Travestilidade na Saúde* (pp. 9-16). Brasília: Ministério da Saúde.
- Singer, P. (2009). A América Latina na crise mundial. *Estudos Avançados*, 23(66), 91-102.
- Tagliamento, G. (2015). Direitos humanos e a saúde: a efetivação de políticas públicas voltadas à saúde integral da população trans. Em Brasil, *Transexualidade e Travestilidade na Saúde* (pp. 65-80). Brasília: Ministério da Saúde.
- White Hughto, J. M., Reisner, S. L., & Pachankis, J. E. (2015). Transgender stigma and health: A critical review of stigma determinants, mechanisms, and interventions. *Social Science & Medicine*, 147, 222–231. doi:10.1016/j.socscimed.2015.11.010.

Artigo 3 – Empregabilidade e diversidade: uma análise das experiências profissionais de travestis, transexuais e não-binárias

Resumo

Tratando-se de empregabilidade, travestis, transexuais e pessoas não-binárias revelam a exclusão simbólica e material que as impedem de atuar em espaços de pertencimento e de decisão. O presente estudo objetivou explorar, por meio de análise temática de Braun e Clarke, as trajetórias de trabalho e experiências de emprego de travestis, transexuais e não-binárias. Sete pessoas responderam a um questionário semi-estruturado, que permitiram construir os temas: violências, estratégias, conquistas e implementação de políticas públicas. Foram discutidas as possibilidades de intervenção psicossocial em dois segmentos: a) para travestis, transexuais e não-binárias, b) para empresas e instituições que as empregam, alertando sobre os impactos gerados pelas violências institucionais sobrepostas que essas pessoas experienciam. Tais ações visam fomentar políticas públicas e difusão dos direitos conquistados que precisam ser garantidos em todos os espaços.

Palavras-chave: Empregabilidade; travestis; transexuais; não-binárias; intervenções

Abstract

In terms of employability, *travestis*, transsexuals and non-binary people reveal the symbolic and material exclusion that prevents them from working in spaces of belonging and decision-making. This study aimed to explore, through thematic analysis of Braun and Clarke, the work trajectories and employment experiences of *travestis*, transsexuals and non-binaries. Seven people answered a semi-structured questionnaire, which allowed the construction of the themes: violence, strategies, achievements and implementation of public policies. The possibilities of psychosocial intervention in two segments were discussed: a) for *travestis*, transsexuals and non-binary, b) for companies and institutions that employ them, warning about the impacts generated by the overlapping institutional violence that these people experience. Such actions aim to promote public policies and the dissemination of conquered rights that need to be guaranteed in all spaces.

Key-words: Employment; *travestis*; transsexuals; non-binary; interventions

Resumen

En términos de empleabilidad, travestis, transexuales y personas no binarias revelan la exclusión simbólica y material que les impide trabajar en espacios de pertenencia y toma de decisiones. Este estudio tuvo como objetivo explorar, a través del análisis temático de Braun y Clarke, las trayectorias de trabajo y las experiencias laborales de travestis, transexuales y no binarias. Siete personas respondieron un cuestionario semiestructurado, que permitió la construcción de los temas: violencia, estrategias, logros e implementación de políticas públicas. Se discutieron las posibilidades de intervención psicosocial en dos segmentos: a) para travestis, transexuales y no binarios, b) para empresas e instituciones que las emplean, advirtiendo sobre los impactos que genera la superposición de violencia institucional que viven estas personas. Tales acciones tienen como objetivo promover políticas públicas y la difusión de los derechos conquistados que deben garantizarse en todos los espacios.

Palabras-clave: Empleabilidad; travestis; transexuales; no-binarias; intervenciones

Introdução

A forma como a sociedade se organiza denuncia os jogos de poder que repetem e sustentam a nossa dinâmica social. Um artigo ou pesquisa que evidencia o desemprego em determinado país ou região, diz muito mais do que apenas sobre a falta de emprego – quando questões como *porquês* surgem e apresentam relações e recortes históricos, políticos, de gênero, raça, classe, entre outros, que são de suma importância para compreensão do que se apresentam como fenômenos sociais.

É necessário e urgente trazer essa discussão quando o assunto é empregabilidade de travestis, transexuais e não-binárias, uma vez que precisamos entender as diferentes dimensões e sentidos que a atividade laboral tem e pode ter em nossa sociedade. Para essa compreensão, torna-se necessário avaliar as necessidades que esse público pode revelar. A avaliação de necessidades que será adotada neste trabalho refere-se à concepção de que a comunidade deva ser priorizada como instrumento de análise e ação, uma vez que os serviços disponíveis ou propostos devem atender às necessidades da população-alvo e serem a ela adequados. A partir de uma perspectiva participativa, sugere-se a utilização da técnica de Avaliação de Necessidades como ferramenta (Ronzani, Mota & da Costa 2015), que compõe um entre muitos tipos e modelos de avaliação.

A Avaliação de Necessidades se apresenta como uma etapa que antecede a definição da oferta de serviços. Por meio dessa técnica, são estimadas quais são as lacunas e reais necessidades de uma intervenção (Ronzani, Mota & da Costa 2015). Para realizar essa avaliação, devem ser construídas e sistematizadas diferentes metodologias e instrumentos, como entrevistas, análises documentais ou diários de campo. Além disso, deve integrar-se a um modelo teórico que permita a articulação com os dados obtidos, visando o planejamento e a tomada de decisões, o que será desenvolvido neste estudo.

O desemprego acompanha a humanidade há pouco mais de dois séculos, como consequência do surgimento do emprego dentro de uma sociedade capitalista (Silveira, 2002). Não se caracterizando apenas como falta de emprego, o desemprego também se apresenta, muitas vezes, como uma falta de poder de compra. Em uma sociedade em que a cidadania é marcada mais pelo consumo que pelo exercício social (Canclini, 1995), ter um emprego permite o acesso a espaços que são negados a pessoas sem poder aquisitivo.

É preciso compreender essas relações uma vez que há muito mais que duas direções, mas uma rede complexa de construções que fazem parte da forma como é vivida a relação de trabalho hoje para diferentes pessoas. Tratar das vivências transdiversas (Uziel & Guilhon, 2018) incide em consubstancialidades (Hirata, 2014) que precisam ser levadas em consideração enquanto relações sociais de poder. Consubstancialidades, neste trabalho, dizem respeito às relações de identidade de gênero e classe, principalmente, que estão em constante negociação e dinâmica, para além de categorias que se interseccionam. Isso requer um olhar diferenciado para experiência de travestis, transexuais e não-binárias no mundo do trabalho, uma vez que a sociedade se organiza de forma a excluir simbólica e materialmente determinados grupos de seus espaços de circulação e decisão (Silva, 2000).

O problema do acesso de pessoas trans ao mercado de trabalho formal tem sido tema de pesquisas (Almeida & Vasconcellos, 2018; Silva, Luppi & Veras, 2020; Souza, 2012) e vem se tornando mais recorrente. Trabalhos e revisões na área têm alertado que o emprego ainda é tema pouco presente nas produções que buscam promover qualidade de vida entre travestis, transexuais e não-binárias. Andrade (2012) chama atenção para o enfoque à saúde e prevenção de doenças, enquanto áreas como escola e trabalho ficam precarizadas ou sem políticas públicas que possam promover esse acesso.

Segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), 90% dessa população tem a prostituição e o trabalho sexual como fonte de renda. Esse dado nos alerta para

baixas taxas de emprego, enquanto alto índice de trabalho insalubre ou exploratório. Outras formas de trabalho como salões de beleza e *telemarketing* (Souza, 2012) também aparecem com frequência, demonstrando que não se pode transitar de forma equânime na sociedade, pois existem espaços que são delimitados para demarcar exclusões.

O questionamento de quais trabalhos essa população tem acesso é extremamente sensível por compreender o que a pessoa entende como legítimo e merecedor para si. O ser humano se subjetiva, também, por meio do trabalho. A pouca oferta ou alternativas de inserção laboral para travestis, mulheres trans e pessoas não-binárias dificulta o fortalecimento subjetivo dessas pessoas.

Quando se fala em busca e aquisição de emprego é importante ter em mente que existe um ciclo de vulnerabilidades que se inicia muito antes de a pessoa estar apta a procurar trabalho. No Brasil, de acordo com dados do Projeto Além do Arco-Iris/AfroReggae, apenas 0,02% das transexuais conseguem chegar à universidade (Benevides & Nogueira, 2019). A alta taxa de evasão escolar, que Andrade (2012) denomina como evasão involuntária, costuma ser motivada por episódios de preconceito e transfobia, dentre outras violências, que tem como uma de suas consequências os dados apresentados pelo projeto acima citado.

Os episódios de violência, sejam simbólicas ou físicas, podem incidir de diferentes formas no ciclo de vida das pessoas, dependendo de quais vulnerabilidades se está exposta e quais fatores protetivos são possíveis como recurso. A família, a escola e o trabalho são exemplos de ambientes que podem se apresentar como fatores de risco ou como fatores de proteção; sendo responsabilidade do Estado atuar de forma a implementar e proteger seus cidadãos com base nos Direitos Humanos (Assembleia Geral da ONU, 1948) e na Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

Se recorrermos a um breve histórico, a temática transdiversa começou a despontar muito recentemente em documentos oficiais ou em iniciativas que mostram algum indicador de

presença na agenda governamental. Esses documentos, porém, são insuficientes para certificar a efetividade de tratamentos e oportunidades adequados com diferentes grupos. Ações e políticas que possam trabalhar em prol de vivências mais igualitárias são de extrema importância para efetivar esses direitos. Algumas portarias, como a nº 7/2018, do Ministério Público do Trabalho (MPU), garantem o uso do nome social das trabalhadoras empregadas, por exemplo. Outro indicador, foi a conquista, desde 2018, pela qual é possível solicitar retificação de nome e gênero nos documentos, sem necessidade de recorrer à Justiça, como anteriormente a esta data.

Em agosto de 2020 temos uma nova conquista na promoção dos direitos de travestis e transexuais, quando em acordo entre a Advocacia-Geral da União, a Secretaria de Trabalho e Previdência Social do Ministério da Economia e a Defensoria Pública da União, fica permitida a inclusão do nome social na carteira de trabalho sempre que solicitado (AGU, 2020). Entretanto isso não é suficiente para, na prática, se ver exequível a visão garantista.

Os dispositivos legais são de extrema importância, mas não exclui a postura institucional das empresas e atitudes pessoais dos indivíduos que as integram, que devem incorporar como parte de suas diretrizes a garantia de direitos humanos básicos e de tratamentos respeitosos e inclusivos. Quando princípios de respeito à identidade de gênero e opção sexual fazem parte da cultura organizacional da empresa, o ambiente de trabalho se torna mais saudável. Isso deve ocorrer desde a seleção de currículo, processos de seleção e recursos humanos, assim como no período em que se trabalha na empresa, por exemplo com processos de formação continuada na área de diversidade de gênero.

É comum na fala de travestis, transexuais e não-binárias relatos de desrespeito ao nome social por parte de colegas de trabalho, entre outros episódios de transfobia e preconceito. Não sendo garantido apenas por legalidades burocráticas, o respeito à diversidade compreende uma postura social e individual que é ditada pelas hegemonias impostas e operantes. O presente

trabalho visa descortinar e discutir essas realidades a partir de uma avaliação de necessidades que contemple a percepção que essa população traz de suas experiências de trabalho e/ou emprego.

A perspectiva central é embasar ações efetivas que possam promover empregabilidade de travestis, transexuais e não-binárias. A partir de estudos, como o Artigo 02, e discussões anteriores, foi identificada a necessidade de incluir de forma explícita a dimensão do trabalho, mais ampla, levando em consideração que não é interessante desconsiderá-la em detrimento do emprego. Apesar de este ser mais seguro e protetivo, há relevância de explicitar a diferença - comumente apagada entre os termos, abrangendo ambas as dimensões.

Método

Participantes

As pessoas participantes deste trabalho foram convidadas por meio da técnica “bola de neve”, partindo assim de locais e pessoas engajadas em coletivos e organizações para identificar outras/os possíveis participantes. Ao todo 07 (sete) pessoas participaram respondendo ao formulário, os critérios de inclusão foram a maioria legal e autodeclaração enquanto travesti, transexual e/ou não-binária; sendo possível escolher até duas opções de identidade de gênero (por exemplo: mulher e travesti). Na opção “mulher” está subentendido mulher transexual, uma vez que a opção mulher cisgênero excluía automaticamente a pessoa da pesquisa. Na tabela 1 estão apresentados os sujeitos participantes por meio da sigla “S” e o número correspondente (S1 a S7), para possibilitar uma leitura social mais ampla das experiências e narrativas aqui analisadas.

Tabela 4

Descrição identitária autodeclarada das participantes:

Sigla	Descrição
--------------	------------------

S1	<i>Mulher, não-binária, branca, 19 anos</i>
S2	<i>Não-binária, branca, 21 anos</i>
S3	<i>Não-binária, branca, 19 anos</i>
S4	<i>Mulher, travesti, não-branca, 19 anos</i>
S5	<i>Não-binária, branca, 23 anos</i>
S6	<i>Mulher, branca, 39 anos</i>
S7	<i>Mulher, negra, 37 anos</i>

Instrumentos e Procedimentos

O presente estudo, de abordagem qualitativa transversal, utilizou o questionário como instrumento de coleta de dados. A abordagem qualitativa, como colocado por Minayo (2008), compreende que exista uma relação dinâmica que integra o mundo real e a subjetividade dos participantes, preocupando-se com a dimensão interpretativa da ação social e seus significados subjetivos.

A partir de revisões bibliográficas realizadas previamente, leituras e vivências em coletivos e debates, as perguntas foram estruturadas de forma a abarcar temas que emergiram destes estudos prévios. Com 19 (dezenove) questões, abertas e fechadas, os itens contemplaram os seguintes assuntos de discussão: identidade de gênero, dados sociodemográficos, experiências de trabalho e emprego anteriores, formas de aquisição de trabalho/emprego, dificuldades e conquistas relacionadas ao trabalho/emprego, trabalho/emprego como fator de saúde e/ou adoecimento, sugestões de ações que possam promover empregabilidade de travestis, transexuais e não-binárias. De acordo com Gil (2002), o questionário se caracteriza

por um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado, dessa forma o diferenciando do formulário.

No final de 2019, um vírus conhecido como novo coronavírus (Sars-CoV-2) iniciou a pandemia de Covid-19, caracterizada por fácil contágio e chances de letalidade (Ministério da Saúde, 2020). No Brasil, o ano de 2020 foi fortemente marcado pelos impactos de viver em meio à necessidade de distanciamento social ampliado e restrição máxima de contatos. Pesquisas têm sido realizadas, em diferentes áreas, sobre os impactos e significações que as novas necessidades têm causado nos indivíduos, nas sociedades e nas relações sociais (Silva, Lordello, Mietto & Schmidt, 2020).

Com a intensificação das formas de tecnologia, o questionário *online* se apresenta como uma ferramenta propícia, pela qual é possível ter um maior alcance de participantes e dar continuidade ao trabalho, sem que ocorra risco ou dano à saúde das pessoas participantes. O formato anônimo, que oferece mais sigilo do que entrevistas (sejam presenciais ou *online*), possibilita também que pessoas mais tímidas ou que não queiram se identificar para uma entrevista, por exemplo, participem do estudo proposto. A utilização em larga escala dos meios de tecnologia como recurso nesse momento tem se mostrado essencial, apesar de uma parcela da população ser excluída por não ter acesso a determinadas tecnologias; principalmente pensando em um recorte de classe e raça (Silva, Lordello, Mietto & Schmidt, 2020).

Análise

Foi utilizada a proposta de análise temática de Braun e Clarke (2006), permitindo a identificação de temas e categorias elaboradas a partir dos dados qualitativos e a sua problematização. A Análise Temática de Clark e Braun permite que temas sejam construídos, a partir das narrativas das participantes, sem depender da quantidade ou frequência dos códigos que formam os temas. Essa maior liberdade proporciona que a discussão ocorra pelo mapa

mental construído, de forma a abarcar todas as respostas recebidas em construções de conteúdo e sentido (Souza, 2019).

Cuidados éticos

A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília, CAAE 24906919.0.0000.5540. Todos os questionários foram respondidos de forma voluntária e nenhuma das pessoas respondentes recebeu qualquer bônus ou ônus pela participação ou falta dela. Foi disponibilizado contato via *e-mail* para esclarecimentos de quaisquer dúvidas relativas à pesquisa, assim como para suporte psicológico, caso necessário.

Resultados e Discussão

A análise temática dos dados permitiu fazer considerações sobre o perfil das pessoas que responderam ao formulário e de quais locais estas pessoas falavam, evitando generalizações impróprias de vivências e narrativas. Homens transexuais não participaram da pesquisa, apesar do convite e da abertura. A amostra compreendeu pessoas não-binárias e pessoas que se identificaram em identidades femininas. Dessa forma, serão utilizados artigos no feminino, ao longo do manuscrito, uma vez que a academia e revistas não são ainda muito receptivas à linguagem neutra.

Dois intervalos de idade se apresentaram: pessoas jovens adultas entre 19 e 23 anos de idade e pessoas adultas com 37 e 39 anos. É importante ressaltar essa amostra com uma composição de maioria jovem, uma vez que a juventude no Brasil é a faixa etária mais afetada pelo desemprego e condições precárias de trabalho (IBGE, 2020). Em diálogo com a juventude, a não-binariedade vem ganhando espaço e notoriedade justamente a partir e entre jovens de classe média e se espalha por outras faixas etárias e classes sociais (Clarke, 2019).

Todas as participantes declararam ter ensino superior completo ou incompleto; assim como uma renda média variada, com pessoas que possuíam renda de 01 (um) salário mínimo

ou menos, até pessoas com 10 (dez) salários mínimos. Em um país onde apenas 0,02% das pessoas trans conseguem chegar à universidade (Benevides & Nogueira, 2019), é sabido que temos um recorte específico e que pode indicar um aumento de transgêneros em espaços acadêmicos, sobretudo pela inserção de políticas de ações afirmativas para essa população que vem sendo implementadas em algumas universidades.

Todas as pessoas que responderam ao questionário declararam já ter tido alguma experiência profissional, de trabalho ou emprego. As áreas apresentadas em resposta a esse item foram diversas: iniciação científica, estágio, atendente de loja, educadora social, agente de saúde, redutora de danos, aconselhadora, assistente técnica, gerente de saúde, *designer*, ilustradora, administração de eventos, rádio, serviço público federal e *freelancer* de fotografia.

A variedade de experiências profissionais listada na questão anterior e o nível de escolaridade das participantes pode sugerir um aumento no acesso às opções de emprego e presença em maior diversidade de locais. Apesar de esses dados serem vistos com entusiasmo, é importante ressaltar que ainda há muito caminho pela frente para que as oportunidades ocorram de forma equânime na sociedade. A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), em 2009, estimou que 90% das travestis e transexuais no Brasil tinham a prostituição como forma de trabalho; isso se deve justamente às dificuldades que elas têm em conseguir ocupar espaço no mercado de trabalho formal, uma das consequências do ciclo de vulnerabilidades (Silva, Bezerra e Queiroz, 2015).

O histórico de confinamento de travestis e transexuais a espaços de trabalho como salões de beleza, trabalho sexual, serviços estéticos e *telemarketing* (Souza, 2012) se mostra como uma realidade violenta, uma vez que demarca lugares e espaços em que “é aceitável” ser o que se é, ainda que com situações de violência física, simbólica e institucional.

É necessário retomar o recorte de cor e classe, uma vez que as participantes se declararam como majoritariamente brancas e de classe baixa e média. Os privilégios que advém

desses locais sociais são de diferentes ordens e impactam as vivências de cada pessoa. A realidade de experiências de trabalho e de emprego entre travestis e transexuais negras e de segmentos sociais mais baixos (Soares, 2018), pode se apresentar bem distante do que foi aqui apontado. Longe de ser um empecilho, essa diversidade demarca a complexidade e dinamicidade das realidades vividas e a necessidade de leituras que levem em consideração as homo e heterogeneidades da população.

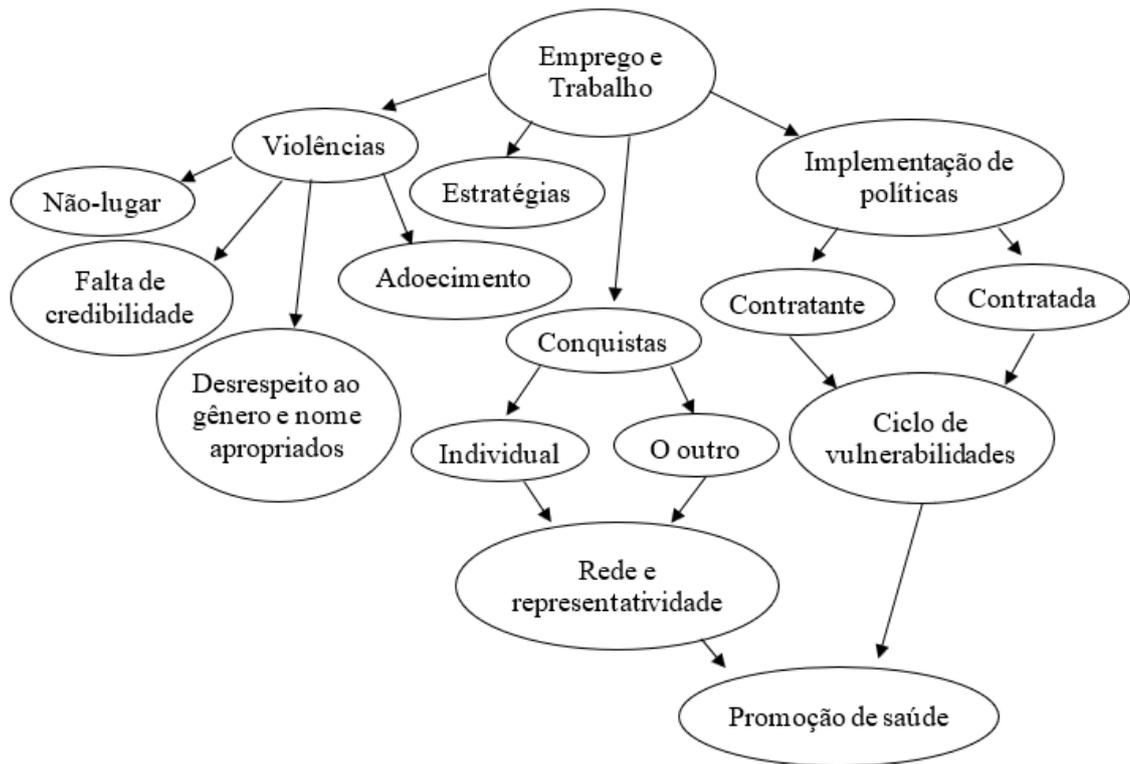
Duas participantes não estavam com vínculo empregatício ou de trabalho no momento que responderam ao questionário. Outras cinco pessoas se encontravam exercendo atividades como: bolsista de iniciação científica, educadora social/de pares, *designer*, professora de filosofia em cursinho e agente administrativa.

A forma de ingresso das participantes se mostrou bem diversa, com quatro pessoas que declararam a indicação de parentes, vizinhos e amigos como principal meio de inserção nos locais de trabalho. Três pessoas declararam o trabalho como “autônomo”, onde não se aplicavam essas opções de ingresso. Duas pessoas ingressaram por meio de currículo e duas por meio de processos seletivos.

A forma de obtenção de trabalho por meio de indicação chama atenção e dialoga com outros trabalhos na área, como o de Souza (2012), sobre a inserção de transexuais no mercado formal de trabalho, que relata a indicação de familiares e amigos como única forma de ingresso nos locais onde estiveram empregadas. Essa realidade alerta para a transfobia institucional de processos seletivos, na qual muitas pessoas são desqualificadas pela sua identidade de gênero, tendo que recorrer a formas alternativas de obtenção de renda. Sendo necessário recorrer a outros recursos para ter entrada em locais onde pessoas que seguem os padrões hegemônicos adentram com facilidade.

Figura 3

Mapa mental construído pelas autoras a partir da análise temática de Braun e Clarke



Após as análises decorrentes das respostas apresentadas no formulário, foram originadas as categorizações temáticas que se derivaram das codificações a partir de extratos e mapas mentais que foram sendo refinados ao longo do processo. A **Figura 3** ilustra o mapa mental desenvolvido pelas autoras, com base na proposta de análise temática (Braun & Clarke, 2006) e a discussão a seguir permite caminhar por todas as respostas, em diálogo com participantes, autoras, leitoras e produções teóricas e científicas sobre os temas.

As categorias que serão apresentadas dizem respeito à temática mais inclusiva das vivências de trabalho entre pessoas transdiversas, a partir dos temas: violências, estratégias, conquistas e implementação de políticas públicas.

Violências

Essa categoria foi nominada a partir dos conteúdos de transfobia, desconfortos, não-pertencimento, adoecimentos, desrespeito, entre outros, presentes nas respostas das participantes. Apesar de diferentes entre si, esses indicadores sugeriram um denominador comum que intitulamos como violências.

O desrespeito à identidade de gênero das pessoas é uma das formas de violência nitidamente descrita e engloba a exposição do *nome morto*³, não-utilização do nome designado e solicitado pela pessoa, além de desrespeito aos pronomes. A presença da coerção é notada ao ter que se portar e vestir de acordo com o gênero designado ao nascer. Paralelo a isso, ocorrem comentários e “piadas” sobre aparência e roupas, que geram desconforto nas pessoas que passam por essas situações degradantes. Essas violências são percebidas nas falas e em diferentes momentos no questionário. São exemplos:

S1: Desrespeito a pronomes.

S2: Exposição do meu nome [...].

S3: Tendo que me portar e ser tratade sempre no feminino mesmo quando não me sentia confortável (gênero fluido), ter o pedido de se referirem a mim pelo sobrenome/iniciais negado, comentários sobre minhas roupas, a forma com que me apresento, etc.

S5: Nome social, teve um estágio que não me respeitaram em nenhum momento [...]pessoas que já me conheciam nunca respeitavam meu nome social.

S7: [...] ter minha identidade e credibilidade respeitada [é uma dificuldade].

Essas respostas se articulam com o pensamento de Caniato (2008), que discute a perversidade das representações preconceituosas como expressões de violência social. Ao

³Nome morto: também conhecido como *dead name*, é o nome que foi designado para a pessoa ao nascer. Em uma sociedade binariamente segmentada, o nome morto costuma ter relação com o padrão de gênero esperado da pessoa de acordo com as características físicas ao nascer.

atribuir certa malignidade a certos grupos ou indivíduos, se alimenta a naturalização de preconceitos e isso se repete como forma de exclusão social. O potencial destrutivo dessas violências deixa marcas psíquicas e também afetam a formação de laços coletivos e de segurança (Caniato, 2008).

Quando Derrida (1991) nos interpela com a problemática da citacionalidade, é por meio dessa repetição e da negação que as construções simbólicas e materiais da sociedade se efetivam (Silva, 2000). É justamente por meio da repetição dessas falas, agressões simbólicas, olhares e escárnio que os locais sociais são demarcados. Ao agir no *modus operandi* da exclusão, a sociedade coloca à prova pessoas trans que buscam e adentram esses espaços.

Dessa forma, demarcam-se os locais por meio de formas violentas de dizer que aquele não é um espaço de todas, mas de certa parcela da população; é o “dividir para reinar”, onde poucos são os que podem reinar. Falas que deixam explícito esse espaço de “não-lugar” ou “aqui não é o seu lugar” podem ser percebidas nos seguintes fragmentos:

S1: Empregadores não contratam pessoas trans.

S2: [...] meu gênero designado ao nascer [que] me torna mais vulnerável no mercado de trabalho.

S5: Numa seleção, disseram que não sabiam se estavam preparados para ter uma pessoa como "eu" lá.

S7: [...]quando sabem que sou uma pessoa trans até a conversa acaba.

Outra forma de violência que aparece nos relatos é ter sempre que “provar” que é apta, capaz e tem condições de desempenhar um serviço com qualificação. Esse tema pode se relacionar com a forma de ingresso apresentada pelas participantes como por “indicação de parentes e amigos”. O descrédito que pessoas e empresas demonstram com travestis, transexuais e não-binárias vão desde o processo seletivo e podem perdurar durante o período

em que se encontram trabalhando. É, também, uma forma de violência e pode levar ao adoecimento psíquico e físico, principalmente quando acontece de forma continuada.

S7: A dificuldade maior é ter minha identidade e credibilidade respeitada.

Fazer as pessoas entenderem que também tenho capacidade. Quando não trabalhar mais que os outros para provar que mereço estar ali.

A análise de Dejours (1999) sobre as dinâmicas de sofrimento no trabalho dialogam muito com os trechos apresentados. O autor propõe que o sentido do sofrimento depende do reconhecimento, pois esse constrói acepções de sentido, subjetividade e identidade. Quando não é possível contar com os benefícios do reconhecimento no trabalho, o sujeito se defronta com o sofrimento. O trabalho como esse local de violências e potencial adoecimento o circunscreve neste jogo de paradoxos; que pode ser provedor de emancipação, assim como funcionar em prol da alienação (Dejours, 2012).

S1: [...] porque a transfobia sempre nos adocece...

S4: É muito dolorido ver possíveis clientes não escolhendo o seu trabalho por causa do seu gênero/identidade.

S5: Sim, eu quase tive Burnout trabalhando em um hospital, foi um período muito difícil, um dos melhores dias do ano foi quando acordei e não precisei mais voltar para trabalhar lá.

Esses violentos episódios de transfobia levaram muitas pessoas com identidades de gênero marginalizadas a processos de evasão involuntária nas escolas (Andrade, 2012). Ocorre também adoecimento físico e mental, alta rotatividade no trabalho, assim como baixa-autoestima e insegurança, pelas repetidas violações e precariedade de espaços seguros (Soares, 2018).

Estratégias

A categoria *estratégias* reuniu recursos que chamaram a atenção no discurso das participantes como formas de enfrentamento às situações adversas com que lidam diariamente no que tange ao trabalho e empregabilidade. Essas estratégias se referem a um conjunto de medidas intencionais, cognitivas e comportamentais, adotadas pelas pessoas para adaptarem-se às diferentes circunstâncias estressantes, com o propósito de minimizar sua susceptibilidade. Tais estratégias podem também ser conhecidas como *coping* e podem ocorrer focalizadas no problema ou na emoção (Melo, Carlotto, Rodriguez & Diehl, 2016).

S3: Eu não costumo ser contratada de forma presencial, então a forma qual eu me porto ou apresento costuma não influenciar na hora que contratam um serviço meu.

O fragmento acima exemplifica uma dessas estratégias. Nesse caso, a pessoa utiliza dos recursos tecnológicos e possibilidades alternativas de entrevistas como forma de evitar situações desagradáveis, preconceito e transfobia. Outra estratégia que apareceu nos questionários foi o concurso público, sendo citado como uma forma de ingresso segura. Entretanto após o ingresso, o período em que a pessoa está em exercício do cargo na instituição pode ser marcado por episódios de violência física ou simbólica.

É necessário, ao falar sobre estratégias de enfrentamento, não incorrer em uma romantização ou culpabilização individual de vivências que causam sofrimento. Esse tema denuncia as violências sofridas em diferentes etapas que o processo laboral implica; essas agressões têm remetentes e estes devem ser responsabilizados para que a busca de estratégias seja um caminho possível e saudável, diferente de uma alternativa de sobrevivência.

Essa advertência é confirmada por Oliveira (2009), ao afirmar que a diminuição de intervenções estatais nos campos sociais e econômicos, concomitante com a eliminação de postos de trabalho, responsabiliza o indivíduo pela criação de estratégias eficientes de inserção e permanência no mercado de trabalho. O autor nos alerta para não cair nessa ótica da

empregabilidade, na qual o indivíduo deve dispor de habilidades e conhecimentos adequados aos interesses da produção; assim como correspondência a padrões de conduta esperados dentro de uma lógica cisnormativa e capitalista.

A cobrança que a sociedade cisnormativa impõe de que as pessoas devem ser lidas de forma binária e passável (Pontes & Silva, 2017) é nítida no fragmento de resposta acima. Isso coloca em questão a problemática desse lugar: mulheres transexuais e travestis são acusadas ora de performarem de modo a reforçar e reiterar estereótipos de gênero, ora por quebrarem ou não corresponderem a esses padrões ou estereótipos. A sociedade que faz esses julgamentos também cobra que os corpos transdiversos se adequem e exclui quando corpos não-binários se apresentam.

Conquistas

O tema *conquistas* surge a partir de fragmentos que retratam satisfação por meio do trabalho e possibilidades que este lhe possibilitou. Como fator fundamental na constituição dos sujeitos sociais, o trabalho carrega essa dualidade (Dejours, 1999) do prazer e desconforto, de violências e reconhecimento, de saúde e adoecimento. Nesse trânsito ou caminho por esses espaços, é que o trabalho se constitui como uma experiência complexa e pode ser compreendido dentro de sua amplitude, ao levar em consideração suas diferentes facetas possíveis na sociedade. Exemplos de conquistas, desenvolvimento ou aquisições positivas são percebidas nos seguintes fragmentos:

S1: Desenvolvimento profissional.

S2: Independência financeira e desenvolvimento na minha área de interesse

S3: [...] melhoria nas minhas habilidades

S4: Realização profissional [...]

S5: [...] oportunidade de conhecer o trabalho da área na prática e de aprender com ele.

S6: Dignidade.

É interessante notar que essas conquistas foram comentadas tanto na ordem do individual como das relações sociais e afetivas. É sabido que são duas dimensões que operam em conjunto, de forma indissociável, mas a maneira como o outro e as relações têm relevância nesse tema ilustra a importância e necessidade de olharmos as relações, os contextos, a interação e os afetos que circundam. O lugar do reconhecimento no trabalho aparece também por meio dessa troca com o público e a sociedade. As conquistas aparecem na ordem de realizações pessoais nos fragmentos expostos, assim como outras formas relacionais ganham contorno em falas como:

S3: Satisfação do público [...]

S4: [...]conhecimento de outras pessoas transgêneros no meio, demarcação do meu lugar, conhecimento no meio

S5: [...] acúmulo de conhecimento que tive nos lugares que já puder estar e/ou contribuir.

A importância de uma rede de sociabilidade e de representatividade é explícita na fala de uma das participantes, que menciona estar nesses espaços como uma conquista e “demarcação do meu lugar”. Ter outras travestis, transexuais e não-binárias na equipe também aparece como uma rede de proteção e chama atenção a importância de semelhantes nos espaços e o fortalecimento que estes podem representar.

A proposta da educação por pares tem algumas de suas justificativas nessa capacidade de acolher e compreender dificuldades, valores, experiências, além de credibilidade, troca de informações e outras ações que podem ser facilitadas e enriquecidas quando baseadas em pares semelhantes (Santos & Polejack, 2015). As potencialidades de ações que promovam a troca entre pares estão presentes na área da promoção da saúde e se estendem para além do meio educacional.

S2: Não muito, mas isto é devido as pessoas mais próximas de mim criaram um espaço de conhecimento colaborativo

Quando o ambiente de trabalho é local de bem-estar, empoderamento, segurança, estabilidade financeira, acessibilidade e desenvolvimento, pode se apresentar como fator promotor de saúde, sendo um importante determinante social em saúde (Silva, Luppi & Veras, 2020). O trabalho como salutar aparece nas falas, assim como a relevância de uma rede de colaboração para possibilitar ambientes e relações menos aversivas. O impacto desse tema fica no destaque ao valor do outro que é convocado à presença nesse espaço de conquistas.

Implementação de Políticas Públicas

A categoria temática que denominamos aqui de implementação de políticas públicas integrou respostas que continham alguns direcionamentos sobre quais ações são mais adequadas e necessárias no momento com relação à empregabilidade. Observa-se que as participantes abordam conteúdos e subsídios para ações garantistas, que possam beneficiar não a si próprias, mas a coletividade, o que pode subsidiar agendas governamentais que se comprometam com essa população.

Alguns exemplos desse tema estão nas falas a seguir:

S2: Palestras e capacitação para as pessoas que estão empregando

S6: Escolaridade e capacitação de pessoas trans são prioridades, muitas não têm acesso devido a exclusão destes processos, muitas não são aceitas no seio familiar

S7: Incentivos financeiros, bonificações, controle de qualidade para aqueles que contratam "pessoas trans" e medidas de permanências dessas pessoas nos ambientes de trabalho

[...]mais pelo ambiente como um todo que nunca é preparado e na maioria deles nem se tem a preocupação em melhorar.

Existem diversas abordagens que conceituam o que se entende como política pública e é possível dizer que se refere a um conjunto de ações e diretrizes governamentais que se articulam para promover alguma mudança ou melhoria a partir de problemáticas socioeconômicas presentes no seu meio (Carvalho, Barbosa e Soares, 2010). Geralmente, essa fase diz respeito a processos de materialização e concretização de políticas. As escassas iniciativas que existem hoje, ainda se mostram paliativas e dispersas. É possível encontrar projetos exitosos nas políticas setoriais, como educação, saúde, justiça, mas que não se mostram articulados e não dialogam entre si, dificultando a visibilidade dos resultados. Ações programáticas, realizadas com a participação ativa dos usuários e dos movimentos sociais precisam ser estabelecidas.

Logo, as sugestões aqui presentes nas falas das participantes enriquecem esses processos e possibilitam uma construção menos hierárquica de propositivas de ação. As falas revelaram a necessidade de ações que levassem em consideração diferentes atores e fatores dessa troca. Foram explicitadas as necessidades de melhorias e mudanças em propostas, que vão desde tenra idade nos processos de escolarização e garantia de direitos e também na família. No campo do trabalho são mencionadas ações em empresas ou instituições como uma forma de promover uma permanência saudável dos empregados e empregadas nesses locais, para que não ocorram episódios de transfobia e desrespeito.

Os resultados vão muito ao encontro do preconizado pelo Programa Transcidadania, que trabalha com diferentes eixos de ação na perspectiva de promoção da empregabilidade trans e mudança social (Pedra, Solsa, Rodrigues & Silva, 2018). O fortalecimento de programas como esse, assim como processos de avaliação e estudos continuados, são de extrema importância para efetividade de garantias de direitos de forma embasada, humana e integrada com fatores sociais.

Considerações finais

Trabalhar com ações que se destinam a lidar com questões sociais explicita a necessidade de atuação em diferentes áreas e contextos para que mudanças a médio e longo prazo possam ser percebidas. Visto que questões sociopolíticas perpassam a ordem de discursos de poder e mecanismos de coerção do Estado com diretrizes hegemônicas, as possíveis mudanças nesse aspecto são extremamente complexas, não sendo possível alcançar êxito buscando causas ou soluções unidirecionais e imediatas.

Uma vez que a autonomia e saúde mental de travestis e transexuais perpassa não apenas a questão financeira, mas uma complexidade de fatores, é necessário investigar com a população-chave as necessidades que se relacionam ao fator empregabilidade. Que os resultados aqui discutidos possam enriquecer e servir de embasamento para o planejamento e execução de políticas e intervenções que possam potencializar a empregabilidade de travestis, transexuais e não-binárias.

Estudos futuros que possam fomentar a proposta de avaliação aqui realizada com outras ferramentas de coleta são indicados e necessários; uma vez que o instrumento de forma totalmente *online* não atinge todas as camadas econômicas. O presente trabalho não pretendeu analisar também recortes de raça com profundidade e estudos futuros são indicados. Sobre essa questão, considero uma limitação a utilização da categoria “não-branca”, no questionário, que se mostrou limitadora, por poder ser interpretada como um apagador de especificidades de raça. Sugere-se o uso das categorias recomendadas pelo IBGE.

As políticas públicas se constituíram em tema que merece maior aprofundamento, especialmente para que seja possível avançar nesse sentido. Houve pouca exploração nessa temática e acredito que as avaliações já realizadas podem conduzir a propostas mais efetivas de políticas exequíveis e necessárias.

Referências

- Almeida, C. B. de & Vasconcellos, V. A. (2018). Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo? *Revista Direito GV* 14(2), 302-333.
<https://doi.org/10.1590/2317-6172201814>
- Andrade, L. N. de (2012). *Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Ceará], Faculdade de Educação, Programa de PósGraduação em Educação, Fortaleza, CE, Brasil.
- ANTRA (10 de agosto de 2020). *Associação Nacional de Travestis e Transexuais*. Facebook.
<https://www.facebook.com/antrabrasil/>
- Assembléia Geral da ONU. (1948). *The Universal Declaration of Human Rights* (217 [III] A). Paris. Retirado de <http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>
- Benevides, B. G. & Nogueira, S. N.B. (2019). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018*. Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA). Disponível em:
<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/12/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contrapessoas-trans-em-2018.pdf>
- Braun, V. & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3 (2). pp. 77-101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Carvalho, M. L. de, Barbosa, T. R. da C. G. B. & Soares, J. B. (2010). *Implementação de política pública: uma abordagem teórica e crítica*. X Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur: “Balance y prospectiva de la Educación Superior en el marco de los Bicentenarios de América del Sur”. Mar de Plata: Argentina. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/97020/IMPLEMENTA%C7%C>

30%20DE%20POL%CDTICA%20P%DABLICA%20UMA%20ABORDAGEM%20T
E%D3RICA%20E%20CR.pdf?sequence=1

- Canclini, N. G. (1995). *Consumidores y Ciudadanos: Conflictos multiculturales de la globalización*. México: Grijalbo.
- Caniato, A. M. P. (2008). A violência do preconceito: a desagregação dos vínculos coletivos e das subjetividades. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 60(2), 20-31.
- Clarke, J. A. (2019). They, Them, and Theirs. *Harvard Law Review*, 132(3). doi: 10.2139/ssrn.3270298
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (2019). [Coleção Saraiva de Legislação]. (3a ed.). São Paulo: Saraiva.
- Dejours, C. (1999). *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Dejours, C. (2012). *Trabalho e emancipação*. Tradução: Franck Soudant. Brasília: Paralelo 15.
- Derrida, J (1991). *Limited Inc*. Campinas: Papyrus.
- Gil, A. C. (2002). Como delinear um levantamento? In A. C. Gil, *Como elaborar projetos de pesquisa* - 4. ed. (pp. 111-128). São Paulo: Atlas.
- Gutierrez, S. M. & Lordello, S. R. M. (2020). Promoção da saúde com transexuais e travestis: uma revisão sistemática de literatura. *Revista de Psicologia Política*, 20 (47), 165-177.
- Hirata, H. (2014). Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, 26 (1), 61-73.
- IBGE. (2020). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua. Recuperado em: 21 de novembro de 2020 de <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?t=resultados>

- Melo, L. P. de, Carlotto, M. S., Rodriguez, S. Y. S., Diehl, L. (2016). Estratégias de enfrentamento (coping) em trabalhadores: revisão sistemática da literatura nacional. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 68(3), 125-144. Recuperado em 4 de maio de 2020, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672016000300010&lng=pt&tlng=pt
- Minayo, M. C., Assis, S. G. de & de Souza, E. R. (Orgs.). (2005). Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Ministério da Saúde. (2020). Coronavírus - Covid-19. <https://coronavirus.saude.gov.br/>
- Oliveira, R. de (2009). *Empregabilidade*. In Pereira, I. B. & Lima, J. C. F. (Orgs.), *Dicionário da Educação Profissional em Saúde* (2ª ed.). Fundação Oswaldo Cruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Disponível em: <<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/emp.html#topo>>
- Pedra, C. B., Souza, E. C., Rodrigues, R. V. A. & Silva, T. S. A. (2018). Políticas Públicas para inserção social de travestis e transexuais: uma análise do programa Transcidadania. *Revista de Ciências do Estado* 3(1), 170-199.
- Pontes, J. C. de & Silva, C. G. da (2017). Cisnormatividade e passabilidade: deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans. *Periódicus* 8(1), 396 a 417.
- Santos, K. B. dos & Polejack, L. (2015). Quando iguais fazem a diferença: o que estamos tentando alcançar com a estratégia da educação de pares? In Murta, S. G., Leandro-frança, C., Santos, K. B. dos & Polejack, L. (Orgs), *Prevenção e promoção em saúde mental: fundamentos, planejamentos e estratégias de intervenção*. (pp. 301-317). Novo Hamburgo: Synopsis.
- Silva, R. G. L. B., Bezerra, W. C. & Queiroz, S. B. (2015). Os impactos das identidades transgênero na sociabilidade de travestis e mulheres transexuais. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo* 26(3), 364-72.

- Silva, I.M., Lordello, S.R., Schmidt, B., & Mietto, G.S.M. (2020). Brazilian Families Facing the COVID-19 Outbreak. *Journal of Comparative Family Studies* 51(3), 324-336.
<https://www.muse.jhu.edu/article/772208>
- Silva, M. A. da, Luppi, C. G. & Veras, M. A. de S. M. (2020). Trabalho e saúde na população transexual: fatores associados à inserção no mercado de trabalho no estado de São Paulo, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(5), 1723-1734.
<https://doi.org/10.1590/1413-81232020255.33082019>
- Silva, T. T. (2000) A produção social da identidade e da diferença. In Silva, T. T. (Org.), Hall, S. & Woodward, K., *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. (pp. 73-192). Petrópolis: Vozes.
- Silveira, M. (2001). *A empregabilidade como alternativa ao problema do desemprego* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, SC, Brasil.
- Soares, L. S. (2018). *Cuidado em saúde e transfobia: percepções de travestis e transexuais de duas regiões do Rio de Janeiro: Maré e Cidade de Deus, sobre os serviços de saúde*. (Dissertação de mestrado em Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Souza, H. A. de (2012). *Os desafios do trabalho na vida cotidiana de mulheres transexuais* (Dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida - PUC, Campinas, SP, Brasil.
- Souza, L. K. (2019). Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 71(2), 51-67.
- Uziel, A. P. & Guilhon, F. orgs (2018) *Transdiversidades: práticas e diálogos em trânsitos*.

Considerações Finais da Dissertação

A temática tão sensível desse trabalho foi se descortinando ao longo do processo de pesquisa e permitiu um olhar metacognitivo profundo ao final dessa jornada. Algumas dessas reflexões serão compartilhadas aqui, para que os leitores possam também ter acesso a tantas transformações que o percurso provocou.

Ao iniciar com um tema mais amplo, sobre promoção de saúde de travestis e transexuais, foi possível ter uma compreensão sobre o que já existe publicado e as lacunas presentes. Acredito que o primeiro artigo apresentou uma contribuição muito rica, especialmente por ter focado em trabalhos latino-americanos, ao revelar dados que corroboram com a história dessas identidades. Enquanto que em publicações latinas os termos travesti e transexual são os mais presentes, se tratando de publicações da América do Norte e Europa, existe prevalência a utilizar o termo transgênero, que ainda não apresenta grande incorporação por aqui.

Com a continuidade dos estudos bibliográficos, debates, grupo de pesquisa e conversas em coletivos e instituições, a área relativa às condições de trabalho e emprego se apresentou como um campo extremamente importante e com pouco caminho trilhado nesse sentido. Além disso, a necessidade de incluirmos também pessoas não-binárias ficou eminente. Poucos trabalhos com não-binárias foram acessados, alguns foram excluídos por não atenderem aos critérios de inclusão definidos; porém foi nítida a presença recente de mais trabalhos e publicações com pessoas não-binárias. Além de ser uma identidade que vem ganhando espaço e notoriedade, também há muitas intersecções entre as identidades, uma vez que algumas travestis e transexuais podem transitar por vivências e identidades não-binárias em determinados momentos de suas trajetórias. De forma alguma entende-se aqui a não-binariedade como uma identidade de transição e destaca-se a necessidade de compreender as identidades políticas em suas particularidades.

Como apresentado na discussão do Artigo 2, algumas funcionalidades também aparecem dentro do guarda-chuva identitário, e a equipe de pesquisa, a partir de algumas discussões e leituras, entendeu que para o proposto nesse estudo sobre trabalho e empregabilidade, as confluências que travestis, transexuais e também não-binárias vivenciam nessas experiências, podem permitir uma aproximação, sem excluir especificidades de cada identidade. Corroborando também o apontado por Benevides e Nogueira (2020), quando colocam a importância de reunir elementos comuns às identidades para garantia de direitos, proposição de políticas públicas, levantamento de dados, dentre outras ações que vêm sendo negligenciadas pelo governo.

Essas revisões permitiram o aprofundamento na temática, assim como uma preparação substanciada para construção do instrumento de análise do Artigo 3 – o questionário. Elaborado pela equipe de pesquisa que realizou, durante um semestre, reuniões de estudo e discussão; o questionário foi construído a partir dos encontros prévios realizados sobre o tema.

Nesse percurso, o Artigo 3 nos permite ter acesso aos dados apresentados que podem ser convertidos em posicionamentos sociais. Mesmo já tendo contato com esses conteúdos durante a revisão e em coletivos, o impacto das falas das participantes nos defronta com a relevância social do tema. As temáticas apresentadas pelas autoras no mapa mental (Figura 3) permitem uma compreensão ampla das problemáticas que afetam travestis, transexuais e não-binárias no mercado de trabalho e contribuem para analisarmos isso também de forma propositiva. A maneira como o mapa se construiu sinaliza como os desafios e violências percebidos se relacionam de forma complexa com possíveis redes de fatores protetivos, como vem sendo incentivado pela perspectiva da promoção de saúde, como educação de pares, representatividade nos espaços, formação continuada e capacitação para empregadores e empregadas/os. Esses achados corroboram a importância e necessidade de intervenções e políticas multiníveis, que possam atuar em conjunto e não de forma segmentada.

Um eixo essencial de trabalho que fica explícito a partir desse estudo é a necessidade de atuação em diferentes frentes: propostas interventivas que possam atuar, simultaneamente, com as pessoas trabalhadoras ou empregadas, assim como com as empresas e grupos que estão contratando. Ações direcionadas nesse sentido são um foco essencial para romper o ciclo de vulnerabilidades e promover representatividade, de forma a impulsionar jovens que estão trilhando um caminho de identidades transdiversas a se inspirar e saber que lugar de travesti, é onde ela quiser.

Apesar da necessidade de efetivação de propostas interventivas e não apenas avaliações, como percebido e discutido no Artigo 2, se fazem necessários também estudos futuros que possam ter diferentes instrumentos e métodos de análise, como grupos focais, que era uma pretensão do presente trabalho e acabou não se tornando viável pela pandemia do novo coronavírus (Sars-CoV-2). O número de participantes não se apresenta como uma limitação, principalmente em estudos qualitativos, porém é importante expandir os olhares possíveis. Sem a intenção de generalizar, é importante aumentar o escopo de ação ao conhecer mais narrativas que possam ou não corroborar com as já existentes.

Não é possível que nos permitamos continuar sermos sujeito no mundo, cientes de todas as desigualdades e preconceitos que hoje ainda fazem parte da sociedade, sem propor mudanças de postura pessoal e coletiva, em prol de espaços e vivências mais equitárias e realmente de todas, todos e todes.

Convido as pessoas que puderam compartilhar no todo ou partes deste trabalho, a entrar em contato com o tema de alguma forma, a refletirmos nossas atitudes nos espaços que ocupamos, principalmente as pessoas cisgênero. Que possamos questionar o espaço privilegiado de poder que é falar enquanto cisgênero, inclusive fomentando o debate necessário sobre transfobia e cisgeneridade em nossa cultura. Para além de sensibilizar, é necessário que nos convoquemos a promover caminhos e ações de mudança. Nesse sentido, acredito que as

produções aqui realizadas puderam dar direcionamentos importantes para o planejamento e execução embasadas de políticas que possam promover a empregabilidade de travestis, transexuais e não-binárias.

A academia ainda carrega muitas estruturas positivistas que podem perpetuar locais de objetificação às pessoas participantes de estudos. Acredito que conter espaços de expressão e visibilidade que não compactuem com esse tipo de academicismo são importantes, apesar de não suprir, de forma alguma, a necessidade de representatividade de fato.

Sinto-me honrada em poder compartilhar minha trajetória acadêmica e saberes psi construindo uma universidade mais humana e preocupada em atuar nos locais onde se faz necessário. Poder colaborar com esse espaço de saberes, enquanto acadêmica, permite impulsionar nosso conhecimento especializado em uma atuação comprometida com os direitos humanos e suas propostas de efetivação. Enquanto psicóloga, pesquisadora e mestranda, espero que os espaços institucionais e públicos sejam cada vez mais ocupados pela diversidade.

Que a Psicologia possa, enquanto área de conhecimento, estar sempre se atualizando de forma humanizada em vistas de adequar a atuação clínica de seu corpo de trabalho com posturas anti transfóbicas. Que nós, como profissionais, nos sintamos convocados a buscar que nossa atuação seja respeitosa a toda e qualquer identidade, partindo da concepção de diferença. Que não permitamos nos conformar com o discurso do “somos todos iguais”; somos diferentes, sim, e podemos respeitar, acolher, compreender, conviver e compartilhar espaços com essas diferenças.

Espaços de compartilhamento, como esse trabalho que permite às pessoas cisgêneras conhecerem um pouco mais da realidade de travestis, transexuais e não-binárias, podem ser salutareos enquanto promoção de mudança, escuta e empatia com a fala do outro. Que as violências aqui sinalizadas sejam assim entendidas pelas leitoras e leitores, para que possamos diminuir a perpetuação de atitudes transfóbicas como: desrespeito ao nome e/ou identidade de

gênero apresentada, piadas, falta de conhecimento ou compreensão das identidades como forma de se desresponsabilizar por atitudes discriminatórias e falas preconceituosas, entre outras.

Não é aceitável que ainda hoje se utilize, por parte de pessoas e organizações, a fala sobre falta de profissionalismo ou capacitação de pessoas transdiversas; uma vez que deve partir da nossa postura, enquanto atuantes na sociedade que vivemos e construímos, compreender o ciclo de vulnerabilidades existentes e promover formas que possam quebrar ou interromper essas amarras.

Que as pessoas que puderam entrar em contato com esse trabalho, sobretudo a população cisgênera, que atualmente detém os meios de produção do capital e empresas, se coloquem a refletir e atuar na promoção da empregabilidade de travestis, transexuais e não-binárias, no mínimo. Mas também compreendendo que esse é apenas um dos passos ou degraus uma vez que, enquanto não houver representatividade equitária de pessoas transdiversas em espaços de poder, ainda haverá desigualdades dessa ordem.

Referências

Benevides, B. G. & Nogueira, S. N.B. (2020). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2019*. Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA). Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3aancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf>>.

Anexo I

Instrumento de Coleta de Dados

Empregabilidade de travestis, transexuais e não-bináries

Olá, me chamo Stephanie Gutierrez e sou mestranda no Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura pela UnB.

Convido você que é travesti, transexual e/ou não-binária a responder este questionário sobre empregabilidade.

A finalidade do presente questionário é abordar questões relativas às experiências de pessoas trans* em trabalhos e empregos.

É uma forma de acessar pequenos relatos e narrativas sobre seus processos de aquisição (ou não) e permanência em diferentes ambientes de trabalho/emprego. Conhecer as dificuldades, barreiras e também os recursos protetivos e potencialidades dessas relatos e histórias é de suma importância para que possamos aprimorar e embasar políticas públicas e ações direcionadas a promover empregabilidade de pessoas trans.

Como parte da minha dissertação de mestrado e trabalho de pesquisa, que apresenta uma Avaliação de Necessidades com foco na promoção de empregabilidade de travestis, transexuais e não-bináries, o questionário se insere nesse contexto.

Me coloco à disposição para eventuais dúvidas ou devolutivas pelo e-mail: gutierrezm.s@gmail.com.

A participação é totalmente voluntária.

Não é necessário nenhum tipo de identificação pessoal.

Utilizo aqui 'pessoas trans' como forma de abarcar as identidades citadas, respeitando as particularidades de cada uma.

Identidade de gênero (marcar até 02):

Homem

Mulher

Travesti

Não-binária

Homem cis

Mulher cis

Outro

Idade: ____ anos

Cor:

- Branca
- Não-branca
- Negra
- Amarela
- Indígena
- Outro

Renda mensal, levando em consideração todas as pessoas que moram na casa:

- 0 a 500 reais;
- 500 a 1.000 reais;
- 1.000 a 3.000 reais;
- 3.000 a 5.000 reais;
- 5.000 a 7.000 reais;
- 7.000 a 10.000 reais;
- + 10.000 reais.

Escolaridade:

- Sem alfabetização
- E. Fundamental incompleto
- E. Fundamental completo
- E. Médio incompleto
- E. Médio completo
- E. Superior incompleto
- E. Superior completo
- Pós-graduação

Possui alguma experiência profissional (trabalho ou emprego)?

- Sim
- Não

Se sim, qual(is)?

(Espaço para texto de resposta curta)

No momento, você se encontra empregada/trabalhando?

Sim

Não

Se sim, qual sua ocupação?

(Espaço para texto de resposta curta)

Qual(is) foram as formas de ingresso em locais de trabalho/emprego que você já atuou?

Currículo

Processo seletivo

Indicação de amigos/parentes/vizinhos

ONG/OSC/OSCIP

Autônomo

Não se aplica (nunca trabalhou)

Outros

Quais foram as maiores dificuldades que encontrou na busca ou aquisição de emprego/trabalho?

(Espaço para texto de resposta longa)

E durante o período em que esteve trabalhando/empregada?

(Espaço para texto de resposta longa)

Ao pensar em algum período em que esteve trabalhando, qual você acredita que foram as maiores conquistas que esse trabalho lhe possibilitou?

(Espaço para texto de resposta longa)

Pensando nas experiências profissionais que já teve, você acredita que o trabalho é/foi fator de saúde ou de adoecimento para você? Por quê?

(Espaço para texto de resposta longa)

Marque as alternativas que você acredita serem as que mais influenciam no fator conquista de emprego (escolha até duas ou três opções):

- Moradia estável
- Família
- Saúde
- Escolaridade
- Aparência
- Experiência profissional anterior
- Contexto social e comunitário
- Rede de apoio e amigos
- Outro

Ao pensar em ações que possam auxiliar na promoção de empregabilidade desse público, o que pensa ser mais efetivo e importante (Escolher até duas opções)?

- Cursos diversos (especialmente para pessoas com pouca escolaridade). Ex: fotografia, salão de beleza, cozinha, outros
- Palestras e cursos sobre direitos de pessoas trans no ambiente de trabalho
- Acompanhamento psicológico
- Acompanhamento jurídico
- Outro

Sugestões sobre o item acima:

(Espaço para texto de resposta longa)

Qual seria o seu nível de interesse e disposição para participar de uma intervenção que abrangesse os temas citados acima?

(Escala linear de 1 - 10)

Você teria disponibilidade para participar de uma roda de conversa, com duração de 1h30, sobre empregabilidade trans? Se sim, favor deixar e-mail ou telefone para contato.

Agradecemos sua participação.

(Espaço para texto de resposta curta)